



Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers



**INDEPENDENT
MEMBER**

ALLIANÇA SAÚDE E PARTICIPAÇÕES S.A.

***DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025.***

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lobesmachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lobesmachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lobesmachado.com.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lobesmachado.com.br

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lobesmachado.com.br



BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



Lopes, Machado
Auditors, Tax, Consultants & Business Advisers



**INDEPENDENT
MEMBER**

ALLIANÇA SAÚDE E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2025.

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Balanços Patrimoniais

Demonstração dos Resultados

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lobesmachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lobesmachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lobesmachado.com.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lobesmachado.com.br

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lobesmachado.com.br



BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À

**Diretoria e ao Conselho de Administração do
Alliança Saúde e Participações S.A.
São Paulo – SP**

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alliança Saúde e Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, exceto pelas informações mencionadas na seção a seguir, intitulada “Base para opinião com ressalva”, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, Alliança Saúde e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lobesmachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lobesmachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lobesmachado.com.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lobesmachado.com.br

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lobesmachado.com.br



BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva

Limitação quanto a recuperabilidade de Ativo Fiscal Diferido

Conforme divulgado na nota explicativa nº 22, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu ativo fiscal diferido nos montantes de R\$108.374 mil na controladora e R\$151.188 mil no consolidado. A Administração fundamentou a expectativa de realização desses ativos, substancialmente, na possibilidade de utilização de prejuízos fiscais para amortização de débitos tributários federais no âmbito de transação tributária. Na mesma data, os débitos tributários apresentados na nota explicativa nº16 totalizavam R\$60.725 mil na controladora e R\$221.201 mil no consolidado. No entanto, até a conclusão de nossos trabalhos de auditoria, o acordo de transação tributária não havia sido homologado pela Receita Federal do Brasil, e não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente que comprovasse sua aprovação, os respectivos termos e condições, tampouco a possibilidade de utilização dos prejuízos fiscais. Adicionalmente, não nos foram apresentadas projeções de resultados tributáveis futuros que fornecessem suporte suficiente à recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos reconhecidos. Consequentemente, devido às incertezas relacionadas a recuperabilidade dos respectivos saldos, cujas conclusões não estão integralmente sob controle da Companhia, não foi possível determinar se seriam necessários ajustes no saldo de ativo fiscal diferido, assim como de efeitos reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2025, caso a respectiva transação não seja concluída conforme expectativa projetada pela Administração.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº1, nº10 e nº29 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descrevem que a Companhia apresentou prejuízo líquido consolidado de R\$1.371.831 mil em 2025, e patrimônio líquido negativo de R\$277.542 mil, em 31 de dezembro de 2025, majoritariamente decorrentes do reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ágio e aos ativos intangíveis nos montantes de R\$689.833 mil e R\$48.835 mil, respectivamente.

Adicionalmente, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$772.156 mil na controladora e de R\$1.279.242 mil no consolidado, em 31 de dezembro de 2025, decorrente principalmente do não atingimento de determinados índices financeiros estabelecidos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, o que resultou na reclassificação de parcela relevante da dívida para o passivo circulante, no vencimento antecipado e na exigibilidade de determinadas obrigações pelos credores.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lopemachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopemachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lopemachado.com.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopemachado.com.br

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lopemachado.com.br



BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



Conforme divulgado nas referidas notas explicativas, parte dessas obrigações foram objeto de renegociação ou repactuação, enquanto outras foram liquidadas mediante a execução das garantias a elas vinculadas ou permanecem em negociação no âmbito do processo de reestruturação em curso da Companhia. Esses eventos e condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, que depende substancialmente da implementação bem-sucedida dos planos de reestruturação, em curso, da Diretoria, cujas conclusões não estão integralmente sob controle da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Exceto pelo assunto descrito na seção Base para Opinião com Ressalva, os assuntos descritos a seguir foram os mais significativos em nossa auditoria.

Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes (“impairment”)

Em 31 de dezembro de 2025, conforme divulgado na nota explicativa nº8 e nº10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, incluíam ágio e mais valias na aquisição de empresas, decorrentes, substancialmente, de combinações de negócios realizadas em anos anteriores, cujo valor recuperável deve ser testado anualmente conforme requerido pelo CPC 01/IAS 36 – Redução ao valor recuperável de ativos. Para testes de redução ao valor recuperável, o ágio é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), cujo valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que envolve premissas tais como: taxas de crescimento dos negócios e taxas de descontos. Devido às incertezas relacionadas às premissas utilizadas para estimar o valor em uso da UGC, que poderão resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento sobre a preparação e revisão dos estudos técnicos e análises ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia; (ii) análise das premissas utilizadas pela Companhia, especialmente as relativas às taxas de crescimento dos negócios, às projeções de fluxo de caixa e às respectivas taxas de descontos, e comparação das premissas utilizadas pela Companhia, quando disponíveis, com dados obtidos de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e taxas de desconto; e (iii) análise das divulgações efetuadas

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lobesmachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lobesmachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lobesmachado.com.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lobesmachado.com.br

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lobesmachado.com.br

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva



pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor em uso das UGC's às quais os ágios por rentabilidade futura estão alocados, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº2.2, nº8 e nº10, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita – prestação de serviços de medicina diagnóstica

Em 31 de dezembro de 2025 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia incluíam na rubrica de “Receita operacional líquida” o montante de R\$229.027 mil e R\$1.153.825 mil, respectivamente. As receitas da Companhia são oriundas de prestação de serviços e o reconhecimento é efetuado com base nos serviços realizados até à data do balanço, para os quais é necessário determinar o montante da receita a ser reconhecida, considerando os serviços prestados e faturados e os serviços prestados porém ainda não faturados, e a estimativa das perdas com procedimentos efetuados, mas não aprovados pelos planos e operadoras de saúde (denominadas “glosas”). Devido à relevância das transações e o alto número de localidades onde os serviços são prestados, incluindo a mensuração das receitas a faturar e das perdas estimadas, que podem impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento sobre o processo e adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas para o reconhecimento de receita, especificamente os relacionados ao faturamento dos serviços prestados e à mensuração dos serviços prestados e ainda não faturados (receitas a faturar); (ii) reconciliação dos relatórios de faturamento para o período de janeiro a dezembro de 2025 com o saldo contábil de receita reconhecida nas demonstrações financeiras; (iii) realização de testes documentais, em base amostral, sobre a existência da receita de serviços faturados e a faturar no fim do exercício, avaliando o momento do reconhecimento da receita e montantes reconhecidos; (iv) análise das premissas relacionadas a glosas de planos de saúde, bem como critérios para mensuração das perdas estimadas e sua aderência às políticas contábeis da Companhia; e (v) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas oriundas da prestação de serviços de medicina diagnóstica, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento destas receitas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº2.2.t) e nº19, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lopemachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopemachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lopemachado.com.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopemachado.com.br

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lopemachado.com.br

BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva





Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

Em 31 de dezembro de 2025 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia possuía empréstimos e financiamentos e debêntures no montante de R\$403.110 mil e R\$468.688 mil, respectivamente, sujeitos ao cumprimento de determinados índices financeiros (“covenants”) previstos contratualmente. O descumprimento dessas cláusulas e inadimplemento pode resultar no vencimento antecipado das dívidas e excussão de garantias, exigindo sua reclassificação para o passivo circulante. Considerando a relevância dos saldos envolvidos e o julgamento requerido na avaliação do cumprimento dos *covenants*, este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros: i) Analisamos as cláusulas dos contratos de empréstimos e financiamentos e a escritura de emissão de debêntures vigentes em 2025; ii) Obtenção de confirmações externas dos saldos junto às instituições financeiras iii) Recalculo amostral dos valores dos empréstimos e financiamentos com base nos encargos financeiros, fluxo financeiro e prazos de pagamento identificados nos respectivos contratos; iv) Verificamos a existência de garantias; v) entendimento das cláusulas restritivas e hipóteses de vencimento antecipado; vi) avaliação dos impactos do eventual vencimento antecipado na classificação das dívidas e na continuidade operacional vii) avaliação da adequação da classificação entre circulante e não circulante e das divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os valores registrados “Empréstimos e Financiamentos” e “Debêntures”, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lobesmachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lobesmachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lobesmachado.com.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lobesmachado.com.br

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lobesmachado.com.br



BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras individual e consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de Caixa e do valor adicionado (informação suplementar) e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente por nós auditados, e nosso relatório datado de 24 de março de 2025, conteve parágrafo de ênfase sobre plano de reestruturação e recuperabilidade de ativos.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lopemachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopemachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lopemachado.com.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopemachado.com.br

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lopemachado.com.br



BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva

Responsabilidades da diretoria e da Governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lobesmachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lobesmachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lobesmachado.com.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lobesmachado.com.br

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lobesmachado.com.br



BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lopemachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopemachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lopemachado.com.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopemachado.com.br

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lopemachado.com.br



BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 2026.

Mário Vieira Lopes
Contador - CRC-RJ-060.611/O-0

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lobesmachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lobesmachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lobesmachado.com.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lobesmachado.com.br

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lobesmachado.com.br



BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com

Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva

1. Contexto operacional

A Alliança Saúde e Participações S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no novo mercado na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, desde 26 de outubro de 2016 sob o código AALR3. A Companhia foi constituída em 5 de agosto de 1992 em Belo Horizonte e, atualmente, sua sede se encontra na cidade de São Paulo, na Rua Afonso de Freitas, 59, Paraíso, São Paulo – SP.

A Companhia e suas controladas (“Grupo” ou “Alliança”) tem como objeto social a prestação de serviços de medicina diagnóstica, incluindo (i) diagnóstico por imagem e métodos gráficos; (ii) medicina nuclear e citologia; (iii) anatomia patológica; (iv) análises clínicas, diretamente ou utilizando-se de empresas médicas especializadas e laboratórios contratados, assim como outros serviços auxiliares de apoio diagnóstico; (v) vacinação e imunização humana; e (vi) atividade médica restrita a consultas.

A Companhia e suas controladas atuam também na exploração de atividades relativas a (i) importação, para uso próprio, de equipamentos médico-hospitalares, conjuntos para diagnósticos e correlatos em geral; (ii) consultoria, assessoria, cursos e palestras na área da saúde, bem como prestação de serviços que visam à promoção da saúde e à gestão de doenças crônicas; (iii) pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico na área da medicina diagnóstica; (iv) elaboração, edição, publicação e distribuição de jornais, livros, revistas, periódicos e outros veículos de comunicação escrita, destinados à divulgação científica ou das atividades compreendidas no âmbito de sua atuação; e (v) outorga e administração de franquia empresarial. A Companhia também pode participar de outras Entidades na qualidade de sócia, cotista ou acionista.

O Grupo Alliança está presente nas maiores capitais do Brasil como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Bahia, Espírito Santo, entre outras, com 91 unidades de atendimento, e conta com aproximadamente 4.600 colaboradores e 1.200 médicos. A Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 com 91 unidades, sendo:

Marcas	Estados	Número de Unidades
CDB	São Paulo	17
Axial	Minas Gerais	11
Grupo CO	Mato Grosso do Sul	5
RBD	Bahia	13
Delfin	Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba	6
Cedimagem	Minas Gerais e Rio de Janeiro	6
Grupo CSD	Pará	5
Plani	São Paulo	4
São Judas Tadeu	Minas Gerais	2
Nuclear Medcenter	Minas Gerais	1
Multiscan	Espírito Santo	5
Pro Imagem	São Paulo	2
Sabedotti	Paraná	2
Cura	São Paulo	2
Unidades Hospitalares – B2B	São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro	10

Durante o primeiro semestre de 2026 a Companhia alienou a totalidade das participações societárias detidas nas sociedades integrantes do Grupo CO (NE28) , assim como deixou de gerir as marcas PROECHO e CEPEN, cujos detalhes encontram-se descritos na nota **NE 29**.

Em relação as parcerias com operadoras de saúde, assinamos em março de 2025 um contrato de ampliação com uma das mais importantes operadoras de saúde do país, o que permitiu o acesso de mais de 280 mil beneficiários à nossa marca CDB na Grande São Paulo.

Em 14 de julho de 2025, a Aliança Saúde e Participações S.A havia celebrado o contrato para a aquisição da totalidade do capital social de 18 sociedades componentes do Grupo Meddi. No entanto, após a divulgação inicial da transação, o cenário econômico e operacional da Aliança passou por modificações relevantes, que exigiram uma reavaliação das prioridades financeiras da Administração. Diante desse novo contexto e com o objetivo de concentrar esforços e recursos na eficiência de suas operações atuais, as partes optaram, em comum acordo, pela rescisão do referido contrato, cujos detalhes técnicos e desdobramentos corporativos encontram-se descritos na nota nº 29.

Em 30 de julho de 2025, a Companhia recebeu comunicação formal de sua acionista controladora, Lormont Participações S.A., declarando deter créditos líquidos e certos perante a Companhia no montante total de R\$ 532,6 milhões, vide nota 24 e 29 alíneas “a” e “g” para detalhe sobre evento subsequente.

Em 1º de agosto de 2025, a Aliança Saúde e Participações S.A. concluiu a aquisição da CURA – Centro de Ultrassonografia e Radiologia S.A. (CURA), por meio da assinatura do Termo de Fechamento. Durante o período incorrido entre a assinatura do contrato de compra e venda, datado de 21 de fevereiro de 2025 e a conclusão da aquisição, foram realizados ajustes relevantes na estrutura da transação. O preço-base da aquisição foi alterado para R\$ 1,00 (um real), sendo mantida, pela CURA, uma dívida financeira remanescente no valor de R\$ 20 mil junto à Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos de Porto Alegre LTDA – Operação Unicred, com vencimento em julho de 2038. A CURA é uma empresa de medicina diagnóstica especializada em exames de imagem. A consumação da aquisição da CURA ocorre num momento estratégico para a Companhia, marcado por otimização de custos, redução expressiva de endividamento e aumento da Receita Operacional Bruta anual, promovendo melhoria na geração operacional de caixa da Companhia.

Em 18 de agosto de 2025, a Companhia recebeu ainda comunicações da Blue Solutions Asset Management Ltda. e da REAG Jus Gestão de Ativos Judiciais Ltda., informando a aquisição de participações acionárias relevantes de, respectivamente, 9,13% e 10,86% do capital social da Companhia, ambas com finalidade estritamente financeira e de investimento, sem intenção de alteração do controle acionário ou da estrutura administrativa.

Em 7 de fevereiro de 2026, a Aliança Saúde e Participações S.A. recebeu comunicações do Opus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada e do Prisma Infratelco VD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios acerca da aquisição de participações acionárias relevantes, equivalentes a aproximadamente 49,11% e 10,72% de seu capital social, respectivamente, decorrentes da excussão de garantias fiduciárias sobre ações.

Em 3 de março de 2026, os referidos investidores comunicaram a alienação integral dessas participações, em linha com manifestações prévias de não permanência no quadro acionário. Adicionalmente, a Companhia foi informada de que o Tessai Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada adquiriu participação equivalente a aproximadamente 59,84% do capital social, passando a deter o controle acionário da Companhia.

Em 19 de março de 2026, a Companhia ingressou com uma Ação Cautelar Pré-Mediativa, a qual foi deferida concedendo o prazo de 60 dias para a suspensão de execuções contra a Companhia. A medida visou obstar a interrupção de serviços, a rescisão de contratos essenciais e mitigar declarações de vencimento antecipado por credores enquanto a Companhia buscava uma solução consensual de perfilamento de suas dívidas.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional, que pressupõe a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios. Cabe destacar

que a Companhia atravessa, no período, um conjunto de eventos incertos que podem gerar dúvida quanto à sua capacidade de continuar operando, decorrente, principalmente (i) do elevado nível de endividamento; (ii) do elevado volume de glosas sobre as receitas relativas a convênios médico-hospitalares; e (iii) de ineficiências identificadas nos processos de faturamento e arrecadação, que vêm impactando a geração de caixa operacional, efeitos estes que levaram a: (i) notificação de vencimento antecipado das principais dívidas da companhia; (ii) disputas pontuais com credores e fornecedores; e (iii) rebaixamento do rating nacional de longo prazo pela Fitch Ratings para "RD(bra)", comunicado em 30 de abril de 2026. A Companhia apresenta Capital Circulante Líquido (CCL) negativo na Controladora e no Consolidado, nos montantes de R\$ 758,7 e R\$ 1,3 mil, respectivamente, principalmente em decorrência do vencimento antecipado de dívidas e passivo de partes relacionadas, conforme evidenciado nas Notas explicativas 23 e 29.

Em razão desse cenário, e como parte do processo de reestruturação em curso, a Companhia está em fase avançada de negociações com seus principais credores), com o objetivo de reorganizar seu passivo financeiro, alongar prazos de pagamento e adequar o nível de endividamento ao perfil de geração de caixa do negócio, em continuação às medidas já tomadas pela companhia, como a medida cautelar antecedente ajuizada em 18 de março de 2026, perante a 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível de São Paulo/SP.

Adicionalmente, no primeiro semestre de 2026, a Companhia concluiu a repactuação de parte relevante de seu passivo financeiro: alongou em cinco anos, com seis meses de carência, o saldo devido ao Banco Votorantim S.A.; alongou em até dezoito meses o saldo remanescente junto ao Banco Itaú; renegociou, por meio da controlada Cura, as parcelas inadimplidas junto ao Banco Unicred, diluídas ao longo do prazo remanescente do contrato; e obteve, após a excussão das garantias, a quitação integral da dívida contratada junto à Siemens Servicios Comerciales. No mesmo período, a controlada Cura captou R\$ 126 milhões em nova emissão de debêntures, destinada ao reforço do capital de giro do Grupo. Permanecem em aberto as obrigações cujo vencimento antecipado foi declarado e ainda não repactuado — com destaque para a 3ª emissão de debêntures da Companhia, acelerada em Assembleia Geral de Debenturistas de 9 de abril de 2026, além dos saldos inadimplidos junto ao Banco do Brasil S.A. e à Caixa Econômica Federal.

Paralelamente ao processo de reestruturação do seu passivo, a Administração iniciou amplo processo de aprimoramento dos controles internos e dos processos operacionais relacionados a faturamento, glosas e arrecadação, no âmbito do qual diversas oportunidades de melhoria já foram identificadas e encontram-se em fase de implementação, com expectativa de impacto positivo e recorrente sobre a geração de caixa operacional.

Com base (i) na reestruturação financeira do seu passivo, (ii) nas medidas de revisão e fortalecimento dos controles e processos operacionais em curso, e (iii) nas oportunidades de eficiência já identificadas em faturamento, glosas e arrecadação, a Administração entende que, uma vez concluída reestruturação do seu passivo e implementadas as ações em curso, a Companhia retornará a níveis saudáveis de geração de caixa e de desempenho operacional, com indicadores de liquidez e de endividamento adequados ao perfil de seu negócio.

Não obstante o exposto, a efetiva superação dos desafios acima depende do êxito das negociações em curso, bem como da efetiva implementação das melhorias de controles e processos identificadas, fatores que estão, em parte, fora do controle exclusivo da Administração. Dessa forma, existe incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional do Grupo. As demonstrações financeiras intermediárias não incluem nenhum ajuste que poderia resultar dessa incerteza.

Em resposta ao cenário descrito, a Administração vem adotando as seguintes iniciativas no âmbito do processo de reestruturação em curso:

- **Medida cautelar e mediação**, deferida em 20/03/2026, com suspensão de cobranças e execuções, criando ambiente negocial estável para tratativas com credores;
- **Captação de R\$ 126 milhões**, em maio de 2026, via emissão de debêntures na controlada Cura, destinados à recomposição do caixa operacional e à retomada dos níveis de produção;
- **Revisão orçamentária ampla**, com redesenho de processos e adoção de soluções tecnológicas voltadas ao incremento da eficiência operacional e ao controle e redução de custos;
- **Negociações ativas com os principais credores**, com suporte de assessores jurídicos e financeiros especializados, visando o perfilamento e a reestruturação consensual dos passivos financeiros.
- **Transação tributária**: estruturação de transação tributária junto à Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, voltada ao equacionamento e ao reperfilamento do passivo fiscal da Companhia — medida que integra o plano de reestruturação do endividamento e é consistente com as premissas consideradas na avaliação de realização dos tributos diferidos ativos, conforme notas explicativas.

1.1. Reforma tributária no Brasil

A Emenda Constitucional 132 introduziu mudanças no sistema tributário nacional, com um período de transição compreendido entre os anos de 2026 e 2032. A Companhia reconhece sua complexidade e está comprometida em envidar os esforços necessários para assegurar sua plena adequação às disposições estabelecidas.

A Companhia avaliará os reflexos da Reforma Tributária, com o objetivo de analisar os efeitos fiscais sobre custos, despesas, precificação, operações, sistemas e estrutura organizacional, além de garantir a conformidade com a nova legislação e identificar oportunidades de otimização estratégica.

Adicionalmente, a Companhia identificou, na Lei Complementar nº 214/2025, o benefício tributário de redução de 60% (sessenta por cento) nas alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre os serviços de saúde, do qual poderá se valer, e cuja extensão sobre suas operações será objeto de avaliação.

O planejamento e a execução das medidas de adequação incluirão ações revisão da tecnologia, treinamento de equipes e revisão de processos, com o objetivo de mitigar riscos e garantir a conformidade com as novas exigências legais.

Os impactos das novas regras tributárias somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes. Não qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e embora entre em vigor em 1º de janeiro de 2026, este será um ano de teste, sem impactos tributários em ambiente nacional.

2. Elaboração, apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 29 de julho de 2026.

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

b) Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis.

O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e utiliza certas estimativas e premissas contábeis críticas no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.2.u).

c) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas nas notas explicativas dos respectivos assuntos.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, detidas diretamente pela Companhia ou indiretamente, por meio de suas controladas.

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Na consolidação foram eliminadas as participações da Controladora no patrimônio líquido (ou passivo a descoberto, quando aplicável) das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos e despesas, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas. A parcela relativa aos não controladores no patrimônio líquido das controladas é apresentada destacadamente no patrimônio líquido e no resultado consolidado.

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo Aliança. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação transferida e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta " Transação entre sócios ".

Mudanças nas participações da Companhia em controladas existentes

Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle da Companhia sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos acionistas da Companhia. Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas coligadas e controladas, cuja participação percentual (direto e indireto) na data do balanço estão divulgadas na nota explicativa 07.

b) Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos na data de aquisição e devidos aos então acionistas controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Os ativos adquiridos e passivos assumidos de uma controlada são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição

seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios, classificados como de vida útil indefinida, é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Conforme orientação do ICPC 09 (R1), o ágio foi classificado no grupo de "Investimentos", no balanço individual e no consolidado é reclassificado para o grupo de Intangível.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com liquidez em até três meses contadas da data da contratação além de saldo de aplicações vinculadas a empréstimos, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

d) Contas a receber

Substancialmente representadas por valores a receber de convênios médico-hospitalares e de clientes particulares, incluindo os valores a receber da prestação de serviços ainda não faturados, apurados pelo regime de competência.

Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD")

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre o saldo de contas a receber de clientes. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, no qual o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. O cálculo da PECLD considera fatores específicos de crédito, análise carteira de clientes, análise do segmento e especificidades do negócio, incluindo a avaliação de recebíveis por faixa de vencimentos, considerando um aumento de risco de crédito quando da inadimplência superior à 120 dias com incremento de risco de crédito em faixas de vencidos superior a esse período até 365 dias, quando são provisionados os créditos vencidos de forma integral. Em relação ao saldo de contas a receber a faturar é aplicado percentual de glosa esperada com base no histórico da carteira limitado ao período de no máximo 365 dias desde o atendimento. Créditos originários de períodos superiores a 365 dias são provisionados como perda independentemente da existência de processos administrativos, confissões de dívida ou negociações de lotes em análise junto a operadoras de saúde.

Tais contas são apresentadas líquidas da provisão para perdas de crédito esperadas, conforme nota explicativa nº 4.

e) Ativo mantido para venda e operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos e que:

- Representa uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações;
- É parte integrante de um único plano coordenado para venda de uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações; ou
- É uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação de uma operação como descontinuada para a Companhia é atingida mediante a sua alienação, ou no momento que a operação atender aos critérios da norma IFRS 5/CPC 31 para ter seus ativos e passivos classificados como mantido para venda, o que ocorrer antes.

Um ativo, ou grupo de ativos e passivos, são mantidos para venda quando se espera que seu valor contábil seja recuperado, principalmente, pela transação de venda ao invés de uso contínuo. Isso ocorre se o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas a termos habituais e costumeiros para conclusão da transação, momento em que a venda é definida como “altamente provável” pela norma contábil.

f) Estoques

Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

g) Imobilizado

Benfeitorias em imóveis de terceiros, equipamentos, móveis e utensílios e equipamentos de informática estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

h) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil indefinida

O ativo intangível não possui prazo previsível para gerar benefícios econômicos, exemplos marcas, fundo de comércio e licenças regulatórios.

Ativos intangíveis com vida útil definida

São reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Posteriormente, são contabilizados pelo seu valor de custo menos amortização acumulada. São amortizados com base no método linear, e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso

Ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”)

O ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura resulta da aquisição de controlada e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anteriormente detida na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O Grupo revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal, que se aproxima do valor justo na data da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos.

k) Fornecedores Risco Sacado

Refere-se a convênios firmados com bancos parceiros para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus principais fornecedores. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na

mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo não apresenta saldos dessa operação.

I) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de juros efetivos.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Os custos dos empréstimos são contabilizados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

m) Políticas de Instrumentos Financeiros

Ativos Financeiros

Classificação Custo amortizado: São reconhecidos nesta categoria os ativos mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: Contas a receber e outros créditos a receber (classificados em Outros Ativos).

Valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: Caixas e equivalentes de caixa, Títulos públicos, Aplicações financeiras com garantias classificadas como Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos

Mensuração inicial:

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente Custo amortizado:

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva, quando aplicável, subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada, além do montante de principal pago.

Valor justo por meio do resultado: Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

Redução ao valor recuperável A Companhia reconhece para seus ativos classificados ao custo amortizado uma provisão referente a perda de crédito esperada. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e modelos construídos para esse fim (vide Nota Explicativa 6).

Passivos Financeiros

Classificação:

Os passivos financeiros da Companhia são classificados em:

Custo Amortizado representado por fornecedores, financiamentos, risco sacado, debêntures e arrendamento, contas a pagar aquisição de empresas, parcelamentos tributários e outros passivos; Valor justo por meio do resultado representado por instrumentos financeiros derivativos.

Reconhecimento inicial:

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e contas a pagar).

Mensuração subsequente:

Custo amortizado: Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização. Valor justo por meio do resultado: Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

n) Transações em moedas estrangeiras

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada exercício de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

o) Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

p) Concessão

O contrato de concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 Contratos de Concessão e OCPC 05 Contratos de Concessão. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance das normas mencionadas, o Grupo atua como prestador de serviço (serviços de operação), além de construir e melhorar a infraestrutura (serviços de construção e

melhoria) usada na prestação do serviço público durante determinado prazo.

O Grupo, ao prestar serviços de construção ou melhoria, tem a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário registrada pelo valor justo no reconhecimento inicial. O Grupo reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras ou melhoria da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo, quando aplicável.

q) Imposto de renda e contribuição social

O regime de tributação adotado pela Companhia é pelo lucro real. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. Determinadas controladas da Companhia optaram pela tributação com base no lucro presumido: alíquota de presunção de 8% para o IRPJ e de 12% para a CSLL.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e sobre prejuízos fiscais. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou se o passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são constituídos quando há expectativa de geração de lucro tributável no futuro. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante de reconhecimento inicial de ágio.

Algumas controladas do Grupo Aliança realizam a apuração de imposto de renda e contribuição social por meio do lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados sobre a receita apurada no trimestre, aplicados os percentuais de presunção sobre as elas, de acordo com a respectiva natureza. No caso das controladas do Grupo Aliança, optantes pelo regime de tributação lucro presumido, o percentual de presunção a ser aplicado para o IRPJ é de 8% e para a CSLL de 12%, sendo que as receitas financeiras deverão ser consideradas integralmente. Apurada a base de cálculo, para o cálculo do IRPJ, aplica-se a alíquota de 15% e de 10% sobre a base de cálculo tributável excedente de R\$60. Já para o cálculo da CSLL, aplica-se o percentual de 9% sobre a base de cálculo apurada.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras.

r) Provisão para riscos legais

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o

reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado das causas que os questionem.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

s) Garantia de reembolso de contingências

Os passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior valor entre o valor que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 / IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada, quando cabível.

t) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Receita de serviços de diagnósticos por imagem e análises clínicas

As receitas provenientes de contratos com clientes são reconhecidas no momento do cumprimento das obrigações de desempenho, ou seja, no momento da prestação do serviço de diagnósticos por imagem e análises clínicas. Desta forma, o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação dos serviços do Grupo são transferidos para o cliente no momento da emissão do laudo cujo prazo atual é similar ao da realização do exame.

A Companhia avalia a existência de potenciais glosas que possam resultar em uma contraprestação variável e realiza uma provisão com base histórica que é reconhecida como redutora da receita.

Desta forma, a receita de serviços de diagnósticos por imagem e análises clínicas é registrada com a dedução de quaisquer estimativas de abatimentos, descontos e glosas.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida com base nos serviços realizados até a data do balanço. Nas datas de encerramento dos exercícios, os serviços prestados e ainda não faturados são registrados na rubrica “Receita a faturar”, que está incluída no saldo de contas a receber.

Receita proveniente do contrato de concessão

A controlada RBD tem como finalidade a concessão administrativa para gestão e operação de serviços de apoio ao diagnóstico por imagem em uma central de imagem e onze unidades hospitalares (“Contrato de Concessão”) integrantes da rede própria da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (“SESAB” ou “Poder Concedente”). Além da prestação de serviços de apoio ao diagnóstico por imagem, a Companhia tem a obrigatoriedade de realizar intervenções de construção e/ou reformas de melhoria das instalações nos setores de bioimagem das unidades hospitalares.

A controlada RBD é remunerada pela prestação de serviço, objeto do Contrato de Concessão, através da contraprestação mensal efetiva. A receita de prestação de serviços é reconhecida pelo fato de a Companhia estar disponível para prestar serviços de diagnóstico por imagem para a população do estado da Bahia, nas unidades previstas no Contrato de Concessão. As atividades relacionadas à obrigação de disponibilidade para a prestação de serviço de diagnóstico por imagem

é uma única obrigação de desempenho, haja vista que o Contrato de Concessão determina que a Companhia deverá atender todas as demandas de serviços dentro do volume estipulado no Contrato inclusive em relação ao excesso de demanda para além de qualquer dos limites de variação das bandas previstas, desde que haja a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Durante a execução do Contrato, existe a possibilidade de alteração no valor da contraprestação, caso não sejam atendidas as quantidades de exames previstos em relação à banda mínima ou à banda máxima, ensejando na recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da contraprestação anual máxima do período subsequente.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida com base na disponibilização da infraestrutura aos usuários das unidades de atendimento até a data do balanço. Nas datas de encerramento dos exercícios, os serviços prestados e ainda não faturados são registrados na rubrica “Receita a faturar”, que está incluída no saldo Contas a receber.

Prestação de serviços de diagnósticos por imagem

A receita de prestação de serviços é reconhecida pelo fato de a RBD estar disponível para prestar serviços de diagnóstico por imagem para a população do estado da Bahia, nas unidades previstas no Contrato de Concessão. As atividades relacionadas à obrigação de disponibilidade para a prestação de serviço de diagnóstico por imagem é uma única obrigação de desempenho, haja vista que o Contrato de Concessão determina que a RBD deverá atender todas as demandas de serviços dentro do volume estipulado no Contrato inclusive em relação ao excesso de demanda para além de qualquer dos limites de variação das bandas previstas, desde que haja a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Receita de construção

A receita de construção é reconhecida pelo Grupo quando presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura no âmbito do contrato de concessão. Segundo o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão as receitas e custos relativos a estes serviços devem ser reconhecidos de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com o cliente.

Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de juros efetivos.

u) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pelo Grupo, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pelo Grupo, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de

valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de controladas, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

v) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

w) Outros benefícios a empregados

Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros), as remunerações variáveis, tais como as participações nos lucros, os bônus e os pagamentos baseados em opções. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, na rubrica "Despesas gerais e administrativas", à medida que são incorridos. O sistema de bônus opera com metas corporativas e individuais, estruturados na eficiência dos objetivos corporativos, seguidos por objetivos de negócios e finalmente por objetivos individuais. A Companhia e suas controladas não mantêm planos de previdência privada e plano de aposentadoria.

x) Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

y) Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de juros incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Grupo como arrendatário

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme divulgado à Nota 10.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na nota 2.2(h).

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de juros incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra).

Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

O Grupo mensura novamente passivo de arrendamento sempre que o prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício.

z) Principais julgamentos contábeis e estimativas

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros: o Grupo avalia anualmente haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado, ativo intangível e ágio.
- (ii) Perdas estimadas com glosas e créditos de liquidação duvidosa: as referidas provisões são constituídas com base no julgamento da Administração e em valores suficientes para cobrir perdas futuras estimadas no recebimento de clientes.
- (iii) Provisões para riscos legais: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos até o limite dos lucros tributáveis futuros, cuja estimativa realizada pela Administração leva em consideração o histórico de lucros tributáveis, aumento no volume de análise de exames, premissas de mercado tais como taxa de juros, câmbio, crescimento econômico, compensação de créditos por meio de transação tributária, dentre outras.
- (v) Arrendamentos: O Grupo determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com exercícios incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com exercícios cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. O Grupo possui contratos de arrendamento que incluem opções de renovação ou rescisão. O Grupo aplica o julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir.

O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. O Grupo estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos ao Grupo.

aa) Efeitos da aplicação do CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro.

A linha de Contas a Receber e a respectiva provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”) foi objeto de revisão abrangente de suas premissas de mensuração, com base nas melhores informações atualmente disponíveis e na maior qualidade e granularidade de dados obtidas a partir do aprimoramento dos processos e sistemas da área financeira.

O cálculo da PECLD considera fatores específicos de crédito, análise carteira de clientes, análise do segmento e especificidades do negócio, incluindo a avaliação de recebíveis por faixa de vencimentos, conforme critérios descritos na política de “Contas a receber” (item d).

A revisão foi conduzida à luz do CPC 48 (IFRS 9), que estabelece o modelo de perdas de crédito esperadas de natureza inerentemente estimada, considerando o histórico de inadimplência, o *aging* e as perspectivas de recuperação, de modo a refletir o efetivo perfil de risco da carteira e a realidade operacional do negócio..

2.3 Novas normas, alterações e interpretações ainda não efetivas

Alterações de normas que estão em vigor em 31 de dezembro de 2025

As seguintes normas foram emitidas pelo IASB e CPC e não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- i) ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial;
- ii) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em Controlada e empreendimento controlado em conjunto;
- iii) ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas;

Alterações de normas que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2025

A seguinte norma foi emitida pelo IASB e CPC e deverá ter impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- i. IFRS 18/CPC 51: Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras: estabelece novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado do exercício, classificando as receitas e despesas em: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas. A Companhia deve aplicar a norma para períodos de relatório anuais iniciados em 1º de janeiro de 2027. A norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. A Companhia está avaliando os impactos da norma para atendimento, conforme vigência em 1º de janeiro de 2027.

Não existem outras normas, alterações de normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas, que possam, na opinião da Administração, ter um impacto significativo decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras, no entanto, os estudos seguem em andamento.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	1.153	4.607	7.704	21.155
CDBs com vencimento inferior a 90 dias (a)	2	5.408	9.383	22.466
Total aplicações financeiras de liquidez imediata	1.155	10.015	17.087	43.621

- (a) Recursos prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações são remuneradas entre 96,5% e 109% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. (entre 97,5% e 109% em 31 de dezembro de 2024).

Aplicações financeiras restritas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CDBs com vencimento inferior a 90 dias – recursos restritos (a)	96.467	71.351	96.467	71.351
Conta de garantia vinculada (b)	2.439	-	3.190	-
Total aplicações financeiras restritas	98.906	71.351	99.657	71.351
Total de caixa e equivalentes de caixa	100.061	81.366	116.744	114.972

- (a) Aplicação com liquidez imediata vinculada a contrato de financiamento. Valor utilizado subsequentemente, conforme NE 29;
- (b) Contas de Garantia Vinculada: Referem-se aos saldos bancários mantidos em contas de garantia (modalidade *escrow*) constituídos no exercício de 2025 para assegurar operações de empréstimos (vide nota 12) e de contratos de locação de serviços. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía saldos dessa natureza. Valor utilizado subsequentemente, conforme NE 29.

4. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cientes faturados	30.838	30.922	184.221	178.291
Receita a faturar ⁽¹⁾	33.216	64.727	97.955	294.716
	64.054	95.649	282.176	473.007
Provisão para perdas com glosas e créditos de liquidação duvidosa	(13.684)	(4.112)	(85.083)	(25.871)
	50.370	91.537	197.093	447.136

⁽¹⁾ Nas datas de encerramento das informações contábeis, os serviços prestados e ainda não faturados são registrados como receita a faturar.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha operações de cessão de direitos creditórios sem direito de regresso, que totalizavam o montante líquido de R\$ 44.285 (R\$ 32.115 em 31 de dezembro de 2024). Essas operações foram descontadas a taxas médias de juros de 1,95% ao mês. O saldo do contas a receber de clientes faturados e a faturar estão apresentados pelos montantes líquidos da venda de direitos creditórios.

A redução do saldo de contas a receber a faturar decorreu da revisão da recuperabilidade desses saldos, conduzida no âmbito do aprimoramento contínuo dos processos de controle e reporte financeiro da Companhia, com a baixa de valores sem perspectiva de recuperação. Trata-se de mudança de estimativa contábil, cujos efeitos foram reconhecidos prospectivamente, sem impacto sobre os saldos comparativos anteriormente divulgados. Conforme critérios divulgados nota explicativa 2.2.d) e 2.2.aa);

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia incorreu em despesas financeiras de R\$ 11.025 (R\$ 44.539 em 31 de dezembro de 2024) com antecipações de recebíveis.

A composição dos valores a receber do contas a receber por idade de vencimento, líquido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	21.087	71.183	142.031	329.924
Vencidos:				
Até 30 dias	7.283	2.234	16.484	8.397
De 31 a 60 dias	3.237	1.692	14.733	12.374
De 61 a 90 dias	1.596	2.303	6.309	11.490
De 91 a 180 dias	6.346	3.366	11.074	23.381
De 181 a 360 dias	7.751	3.212	9.027	23.658
Mais de 361 dias	3.070	7.547	6.434	37.912
	50.370	91.537	206.092	447.136
Operações descontinuadas	-	-	(8.999)	-
Total	50.370	91.537	197.093	447.136

A Companhia e suas controladas possuem certo grau de concentração em suas carteiras de clientes. Em 31 de dezembro, a concentração dos cinco principais clientes é de 36% do total da receita (49% em 31 de dezembro de 2024).

Movimentação da provisão para perda com glosas e créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(4.112)	(3.079)	(25.871)	(14.910)
Provisões e Reversões	(9.572)	(1.033)	(59.212)	(10.961)
Saldo no final do exercício	(13.684)	(4.112)	(85.083)	(25.871)

O incremento líquido de perda com glosas e créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2026 resultou da aplicação da nova política de provisionamento. O referido ajuste incremento na provisão é resultante da caracteriza mudança de estimativa contábil, sendo seus efeitos reconhecidos prospectivamente no resultado do exercício, nos termos do CPC 23, conforme nota 2.2.aa.

A redução do contas a receber decorre de dois componentes. O primeiro refere-se à revisão das estimativas de perdas de crédito esperadas (PECLD), conduzida nos termos do CPC 48 (IFRS 9), considerando o histórico de inadimplência, o aging e as perspectivas de recuperação da carteira, tratada como mudança de estimativa contábil, com efeitos reconhecidos prospectivamente.

5. Ativo financeiro de concessão (Consolidado)

O ativo financeiro de concessão é composto, substancialmente, pela receita de construção e de serviços de melhoria de infraestrutura previstos no Contrato de gestão e operação de serviços de apoio ao diagnóstico por imagem junto à Sesab. O ativo é registrado a valor justo na data do seu reconhecimento, sendo constituído pela percentagem de evolução física de implantação da infraestrutura. O referido ativo financeiro é remunerado de acordo com a taxa de retorno definida em contrato de concessão.

O atendimento conta com uma central de imagem e 13 unidades hospitalares e teve início em 28 de maio de 2015. O contrato tem validade de 11 anos e 06 meses, podendo este ser alterado, estendido ou reduzido. Após o término do contrato, as benfeitorias realizadas nos hospitais, bem como as máquinas e equipamentos adquiridos durante a concessão, serão de poder do Estado.

Dessa maneira, a tratativa contábil dada a esses itens foi de registro no ativo financeiro de concessão conforme os requerimentos do ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão e OCPC 05 Contratos de Concessão.

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo ativo financeiro		
Ativo circulante	44.315	30.724
Ativo não circulante	-	31.674
	44.315	62.398

As movimentações do ativo financeiro no consolidado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentadas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	62.398	74.728
Adições	18.984	10.143
Atualização monetária	13.552	16.384
Baixa (recebimento construção)	(50.619)	(38.857)
Saldo no fim do exercício	44.315	62.398

6. Impostos a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF	-	15.097	1.741	42.232
ISS	-	4.687	-	12.484
CSLL	2.546	2.309	9.805	8.340
IRPJ	3.288	-	14.962	4.608
PIS E COFINS	-	990	589	4.693
INSS	-	39	706	1.114
	5.834	23.122	27.803	73.471

7. Garantia de reembolso de contingências

Os riscos legais da Companhia e de suas controladas são garantidos por cláusulas de responsabilidade estabelecidas em acordo de investimento entre seus acionistas, mediante penhor das ações e/ou ressarcimento de contingências pagas ou assumidas pela Companhia relativas a fatos ocorridos e/ou existentes antes da data de aquisição das controladas. As movimentações das garantias de reembolso de contingências nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	4.335	5.721	10.127	11.525
Adições	3.007	632	6.978	1.017
Incorporação de Controlada	-	-	-	-
Reversões	(2.356)	(2.018)	(11.763)	(2.415)
Saldo no final do exercício	4.986	4.335	5.342	10.127

8. Investimentos

Controladora	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos	467.675	562.022
Mais valia	81.103	78.624
Ágio na aquisição de investimentos	75.527	763.708
	624.305	1.404.354
	(395.773)	(114.691)

Provisão para perdas em controladas ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Refere-se aos investimentos que estão com passivo a descoberto e estão classificados no passivo não circulante.

Composição dos investimentos por participação

Controladas diretas	Participação direta %	
	31/12/2025	31/12/2024
Mastoclínica Participações Ltda (Mastoclínica)	100	100
Núcleo de Imagem Diagnósticos Ltda (Axial Ouro Preto)	100	100
Núcleo de Diagnóstico por Imagem Ltda (Cedimagem Núcleo)	100	100
Centro de Imagens Diagnósticas Ltda (Cedimagem Centro)	100	100
Veneza Diagnóstico por Imagem Ltda (Cedimagem Veneza)	100	100
Centro de Diagnóstico Cláudio Ramos Ltda (Cedimagem Cláudio Ramos)	100	100
DI Imagem Diagnóstico Integrado por Imagem Ltda (DI Imagem Diagnóstico)	100	100
DI Imagem Centro de Diagnóstico Integrado por Imagem Ltda (DI Imagem Centro)	100	100
DI Imagem I Unidade de Ultrassonografia Ltda (DI Imagem I)	100	100
DI Imagem II Unidade de Raio X S/S Ltda (DI Imagem II)	100	100
Unidade de Diagnósticos por Imagem de Dourados Ltda (CO Dourados)	100	100
Diagnósticos Conesul Ltda (CO Conesul)	100	100
Sonimed Nuclear S/S - EPP (Sonimed Nuclear)	100	100
Instituto Campo Grande Cintimed de Medicina Nuclear S/S (Cintimed)	100	100
SOM Diagnósticos Ltda (Grupo Som)	100	100
Nuclear Diagnóstico S/S Ltda (Nuclear)	100	100
RM Diagnóstico por Imagem Ltda (RM Resende)	100	100
Sonimed Diagnósticos Ltda (Sonimed)	100	100
Unidade Campograndense de Diagnósticos Avançados (Unic)	48	48
Ideal Diagnósticos por Imagem (Axial Ideal)	100	100
Clínica Sabedotti Ltda (Sabedotti)	100	100
Alto São Francisco Diagnóstico por Imagem (Axial Alto São Francisco)	60	60
Instituto Mineiro de Radiodiagnósticos (IMRAD)	100	100

	Participação direta %	
	31/12/2025	31/12/2024
Controladas diretas		
Pará de Minas Diagnósticos por Imagem Ltda (Axial Pará de Minas)	-	51
Serviços de Radiologia São Judas Tadeu Ltda (São Judas Tadeu)	100	100
Nuclear Medcenter Ltda EPP (Nuclear Medcenter)	100	100
Científica Tecnogama Ltda EPP (Científica)	100	100
Delfin Médicos Associados Ltda (DMA)	100	100
Delfin SAJ Médicos Associados Ltda (Delfin SAJ)	70	70
IDI – Instituto de Diagnóstico Por Imagem Ltda (Delfin IDI)	67	67
Clin Clínica de Diagnóstico por Imagem de Natal Ltda (Delfin Natal)	100	100
Delfin Bahia Diagnósticos por Imagem Ltda (Delfin HBA)	72	72
Ecoclínica Ltda (Ecoclínica)	100	100
Nucleminas Medicina Nuclear Ltda EPP (Nucleminas)	70	70
Centro de Diagnósticos por Imagem Ltda (CDI Vitória)	100	100
Centro de Diagnósticos por Imagem Ltda (CDI Vila velha)	100	100
Três Rios Imagem Diagnóstico Ltda (Cedimagem Três Rios)	70	70
TKS Sistemas Hospitalares e Consultórios Médicos Ltda (CDB)	100	100
Radiologistas Associados Ltda (Multiscan)	10,21	10,21
Laboratório de Análises Clínicas São Lucas Ltda (Laboratório São Lucas)	100	100
Aliança Benefícios e Serviços Ltda (Cartão Aliança)	100	100
Enleva Participações em Saúde Ltda.	100	100
Plani Diagnósticos Médicos Ltda (Plani Diagnósticos)	100	100
RMTC Diagnósticos por Imagem Ltda. (Teleradiologia)	100	100
Pró Imagem Ltda (Pró Imagem)	100	100
Pró Imagem Exames Complementares Ltda (Pró Imagem Ex. Comp.)	100	100
Enleva Saúde Rondônia SPE S.A (Enleva)	70	70
Rifeu Participações e Investimentos Ltda	100	100
Cura - Centro De Ultrassonografia e Radiologia S.A.	100	-
	Participação indireta %	
	31/12/2025	31/12/2024
Controladas indiretas		
Imagem Centro de Diagnósticos Ltda (Imagem Centro)	100	100
Plani Jacareí Diagnósticos Médicos Ltda (Plani Jacarei)	100	100
Instituto de Diagnósticos Gold Imagem Ltda (Instituto de Diagnósticos)	100	100
Setra Prestação de Serviços Radiológicos Ltda (Gold Setra)	100	100
CDB Araras Medicina Diagnóstica por Imagem (CDB Araras)	72	72
Unidade Mogiana de Diagnósticos por Imagem S/A (UMDI)	100	100
Rio Claro Medicina Diagnóstica Ltda (CDB Rio Claro)	97	97
Censo Imagem Diagnósticos Ltda (Censo)	51	51
Multilab Laboratório de Análises Clínicas Ltda (Multilab)	100	100
Radiologistas Associados Ltda (Multiscan)	90	90
Laboratório Biolab Ltda (Biolab)	100	100
Rede Brasileira de Diagnósticos SPE S/A (RBD)	80	80
Unidade Campo-grandense de Diagnósticos Avançados (Unic)	52	52
Nucleminas Medicina Nuclear Ltda EPP (Nucleminas)	100	100
RMTC Soluções E Desenvolvimento Ltda (IQMR)	100	100
Empreendimentos de Saúde e Serviços Ltda.	60	60

Composição do ágio na aquisição de investimentos

Controladora	31/12/2025	31/12/2024
CO Dourados	-	1.478
RM Diagnósticos	2.578	2.578
Sonimed	-	3.748
Unic	-	1.386
SOM Diagnósticos	5.475	5.475
Sabedotti	2.536	2.536
Axial Ideal	-	283
Cintimed	-	232
Sonimed Nuclear	-	546
IMRAD	-	2.374
São Judas Tadeu	7.165	12.202
Grupo Gold	-	3.161
Ecoclínica	225	4.972
Imagem Centro de Diagnósticos	-	2.339
UMDI	2.348	37.035
Pro Imagem	853	13.460
Grupo Nuclear	-	3.591
Grupo CDI	11.210	11.210
Grupo CDB	30.086	476.559
Delfin	7.785	172.188
Multiscan	5.189	5.189
Laboratório São Lucas	-	1.089
Outros	77	77
	75.527	763.708

As movimentações dos investimentos e da mais valia líquidas da provisão para perda em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentadas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	1.289.663	1.335.683
Aumento de capital e adiantamento para futuro aumento de capital	6.679	1.151
Dividendos e JCP recebidos	(33.912)	(5.000)
Adição por combinação de negócios	14.575	-
Resultado de equivalência patrimonial	(345.984)	(35.573)
Venda de participação em controladas	(1.751)	-
Perda por dividendos desproporcionais	-	(172)
Amortização mais valia	(1.221)	(1.623)
Transferência	(7.219)	-
Impairment de ágio e mais-valia	(691.949)	-
Resultado líquido das operações descontinuadas (a)	-	-
Outros	(349)	(4.803)
Saldo no fim do exercício	228.532	1.289.663

	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos	624.305	1.404.354
Provisão para perdas em controladas	(395.773)	(114.691)
	228.532	1.289.663

Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos ⁽¹⁾	2.987	2.721
	2.987	2.721

⁽¹⁾ Saldo refere-se substancialmente a investida Delfin Bahia Diagnósticos por Imagem (Delfin HBA), empresa do grupo Delfin, que participa em uma sociedade em Conta de Participação com o Hospital da Bahia para prestação de serviços de diagnóstico por imagem.

As movimentações dos investimentos consolidados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentadas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	2.721	7.657
Dividendos	266	(4.936)
Saldo no fim do exercício	2.987	2.721

Informações contábeis do Grupo Alliança

Os principais saldos dos grupos compostos no consolidado apresentados antes das eliminações e reclassificações para fins de consolidação foram:

	31/12/2025											
	Grupo Axial (a)	Grupo CO (b)	Grupo Cedimagem (c)	Sabedotti	Grupo CSD (d)	São Judas	Grupo Nuclear (e)	RBD	Grupo Multiscan (f)	Grupo CDB (g)	Grupo Delfin (h)	Cura
Ativo												
Circulante	443.247	38.699	62.038	6.171	19.085	7.553	1.743	74.005	26.255	181.143	12.723	26.126
Não circulante	1.268.576	61.894	85.102	24.936	35.232	10.158	1.881	12.717	168.714	645.082	21.084	42.841
Passivo e patrimônio líquido												
Circulante	1.221.734	40.569	59.560	11.913	29.405	12.544	6.685	26.637	44.460	696.567	26.346	55.473
Não circulante	727.987	56.624	4.745	517	4.503	649	2.745	13.353	16.331	233.001	22.666	20.942
Patrimônio líquido	(237.898)	3.400	82.835	18.677	20.409	4.518	(5.806)	46.732	134.178	(103.343)	(15.205)	(7.448)
Investimento	123.123	26.661	82.424	19.064	37.022	4.518	752	36.923	135.692	171.784	13.003	-
Demonstração do resultado												
Receita líquida	252.479	29.946	54.033	16.977	51.485	13.928	3.913	169.823	49.362	512.877	16.706	21.344
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.391.628)	(13.915)	1.754	(1.508)	(16.193)	(1.055)	(11.239)	23.897	(57.102)	(235.343)	(40.117)	(14.127)
Equivalência patrimonial	123.123	26.661	82.424	19.064	37.022	4.518	752	36.923	135.692	171.784	13.003	-
	31/12/2024											
	Grupo Axial (a)	Grupo CO (b)	Grupo Cedimagem (c)	Sabedotti	Grupo CSD (d)	São Judas	Grupo Nuclear (e)	RBD	Grupo Multiscan (f)	Grupo CDB (g)	Grupo Delfin (h)	Cura
Ativo												
Circulante	484.863	29.285	32.167	7.896	34.541	5.236	5.639	63.374	45.204	253.124	27.626	-
Não circulante	2.452.291	53.373	82.475	25.903	50.897	11.809	3.300	36.490	192.835	827.596	17.223	-
Passivo e patrimônio líquido												
Circulante	396.951	17.344	20.229	10.161	19.692	5.519	1.529	22.651	16.471	439.539	11.543	-
Não circulante	1.356.363	46.725	13.332	3.453	27.995	5.955	1.977	7.306	25.264	495.692	8.055	-
Patrimônio líquido	1.183.840	18.590	81.081	20.185	37.752	5.573	5.433	69.907	196.306	145.489	25.251	-
Investimento	97.156	19.528	80.665	20.185	47.456	5.573	7.108	56.072	196.306	218.932	25.574	-
Demonstração do resultado												
Receita líquida	263.322	39.442	61.162	20.004	53.375	13.934	5.997	144.005	57.562	544.520	22.294	-
Lucro (prejuízo) do exercício	(121.957)	(4.324)	15.260	2.481	4.017	203	(1.492)	20.006	14.528	(55.336)	12.897	-
Equivalência patrimonial	(17.666)	(938)	(9)	-	(14.546)	-	(1.674)	(77)	-	(75.036)	(6.773)	-

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os grupos são compostos pelas seguintes empresas:

- Controladora, Axial Ouro Preto, Mastoclinica, Axial Alto São Francisco, Axial Ideal, IMRAD, RMTc Diagnósticos Por Imagem Ltda, RMTc Soluções e Desenvolvimento Ltda, Aliança, Laboratório São Lucas, Aliar Participações e Empreendimento de Saúde.
- DI Imagem Diagnóstico, DI Imagem Centro, DI Imagem I, DI Imagem II, CO Dourados, CO Conesul, Sonimed, UNIC, Sonimed Nuclear, Cintimed e Multilab.
- Cedimagem Cláudio Ramos, Cedimagem Centro, Cedimagem Núcleo, Cedimagem Veneza, RM Resende e Cedimagem Três Rios.
- Grupo Som, Nuclear e Censo.
- Nuclear Medcenter, Científica e Nucleminas.
- Multiscan, CDI Vitória, CDI Vila Velha e Biolab.
- CDB, Rio Claro Medicina Diagnóstica, Araras Medicina Diagnóstica, UMDI, Imagem Centro, Gold Setra, Instituto de Diagnósticos, Plani Diagnósticos, Plani Jacareí, Pró Imagem Ex. Comp. e Pró Imagem.
- DMA, Delfin IDI, Delfin SAJ, Delfin HBA, Delfin Natal e Ecoclínica.

Aquisição da CURA Centro de Ultrassonografia e Radiologia S.A. pela Alliança Saúde e Participação S.A. ("CURA")

Em 1º de agosto de 2025, a Alliança Saúde e Participações S.A. concluiu a aquisição da CURA – Centro de Ultrassonografia e Radiologia S.A. ("CURA"), por meio da assinatura do Termo de Fechamento.

A CURA é uma empresa de medicina diagnóstica especializada em exames de imagem. Desde a sua fundação em 1978, a CURA tem concentrado suas atividades no desenvolvimento e na aplicação de métodos avançados de diagnósticos por imagem, integrando conhecimento médico, infraestrutura tecnológica e rigor científico em seus processos, operando com duas unidades na cidade de São Paulo, uma no bairro Jardim Paulista e outra em Moema.

Durante o período incorrido entre a assinatura do contrato de compra e venda, datado de 21 de fevereiro de 2025 e a conclusão da aquisição, foram realizados ajustes relevantes na estrutura da transação. O preço-base da aquisição foi alterado para R\$ 1,00 (um real), sendo mantida, pela CURA, uma dívida financeira remanescente no valor de R\$ 20.000 mil junto à Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos de Porto Alegre LTDA – Operação Unicred, com vencimento em julho de 2038, taxa de juros anual equivalente ao CDI acrescido de 2,43%, e pagamentos mensais garantidos por cessão de recebíveis da própria CURA no valor de R\$ 1.200 mil por mês.

Esta nova estrutura da operação permite que a aquisição seja suportada pela geração operacional de Caixa da CURA, sem alteração do valor do preço contingente (Earn-Out), que permanece vinculado ao desempenho futuro da Receita Operacional Bruta da adquirida.

A Alliança contratou avaliador independente para alocação do preço pago e avaliação dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Foram identificados mais e menos valias e ativos intangíveis nesta transação no valor líquido de R\$ 12.458 e apurada uma compra vantajosa de R\$ 16.029.

	31/07/2025
Ativo circulante	19.273
Ativo não circulante	49.202
Passivo circulante	(19.126)
Passivo não circulante	(42.670)
Total dos ativos indetectáveis líquidos	6.679

A Companhia realizou a alocação das mais e menos valias e dos intangíveis identificados da transação de compra com base em laudo de PPA, conforme tabela abaixo:

	31/07/2025
Contraprestação a ser transferida e parcela (Earn-Out) = 0,001+3.108	(3.108)
Patrimônio líquido adquirido	6.679
Ganho proveniente de compra no momento da aquisição	3.571
Alocação de mais valia do imobilizado	1.508
Alocação da marca	12.630
Alocação de carteira de cliente	1.634
Alocação de menos valia carteira de clientes - LBG	(2.267)
Alocação de menos valia de contingência	(1.047)
Mais e menos valias e intangíveis identificados	12.458
Ganho proveniente de compra vantajosa	16.029

9. Imobilizado

Controladora	31/12/2025				31/12/2024
	Taxa média anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	65.671	(21.653)	44.018	45.495
Máquinas e equipamentos	9	263.944	(151.810)	112.134	107.612
Móveis e utensílios	10	8.471	(5.534)	2.937	3.441
Equipamentos de informática	20	24.699	(18.539)	6.160	7.411
Instalações	10	899	(710)	189	94
Veículos	20	222	(216)	6	58
Adiantamento a fornecedores	N/A	8.400	-	8.400	8.400
		372.306	(198.462)	173.844	172.511

Consolidado	31/12/2025				31/12/2024
	Taxa média anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	239.658	(88.470)	151.188	156.712
Máquinas e equipamentos	9	929.771	(521.697)	408.074	406.153
Móveis e utensílios	10	37.436	(32.584)	4.852	5.982
Equipamentos de informática	20	66.959	(54.518)	12.441	14.388
Instalações	10	9.539	(7.826)	1.713	1.915
Veículos	20	512	(460)	52	66
Adiantamento a fornecedores	N/A	8.488	-	8.488	8.488
		1.292.363	(705.555)	586.808	593.704

As movimentações do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentadas a seguir:

Controladora	Saldo em 31/12/2024	Adição	Baixas	Depreciação	Transferência	Impairment	Saldo em 31/12/2025
Benfeitorias em imóveis de terceiros	45.495	1.504	(2.244)	(2.363)	1.626	-	44.018
Máquinas e equipamentos ⁽¹⁾	107.612	16.807	(100)	(8.394)	(1.645)	(2.146)	112.134
Móveis e utensílios	3.441	33	(325)	(350)	138	-	2.937
Equipamentos de informática	7.411	1.266	(45)	(2.553)	81	-	6.160
Instalações	94	106	-	(16)	5	-	189
Veículos	58	2	-	(1)	(53)	-	6
Adiantamento a fornecedores	8.400	-	-	-	-	-	8.400

172.511 19.718 (2.714) (13.677) 152 (2.146) 173.844

⁽¹⁾ O saldo de adição de Máquinas e Equipamentos refere-se principalmente a investimento de equipamentos, e suas principais peças.

Controladora	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixas	Depreciação	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Benfeitorias em imóveis de terceiros	42.246	950	-	(2.253)	4.552	45.495
Máquinas e equipamentos ⁽¹⁾	93.679	26.879	(458)	(7.894)	(4.594)	107.612
Móveis e utensílios	3.931	12	-	(538)	36	3.441
Equipamentos de informática	9.686	248	-	(2.497)	(26)	7.411
Instalações	33	33	-	(5)	33	94
Veículos	2	57	-	-	(1)	58
Adiantamento a fornecedores	8.400	-	-	-	-	8.400
	157.977	28.179	(458)	(13.187)	-	172.511

⁽¹⁾ O saldo de adição de Máquinas e Equipamentos refere-se principalmente a investimento de equipamentos, e suas principais peças.

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Adição	Aquisição Controladas	Baixa	Depreciação	Transferência	Impairment	Saldo em 31/12/2025
Benfeitorias em imóveis de terceiros	156.712	3.982	3.743	(6.724)	(9.446)	2.921	-	151.188
Máquinas e equipamentos ⁽¹⁾	406.153	66.162	2.159	(21.903)	(39.752)	(2.599)	(2.146)	408.074
Móveis e utensílios	5.982	358	233	(596)	(1.351)	226	-	4.852
Equipamentos de informática	14.388	2.560	444	(461)	(4.624)	134	-	12.441
Instalações	1.915	107	-	(38)	(297)	26	-	1.713
Veículos	66	10	-	(2)	(4)	(18)	-	52
Adiantamento a fornecedores	8.488	-	-	-	-	-	-	8.488
	593.704	73.179	6.579	(29.724)	(55.474)	690	(2.146)	586.808

⁽¹⁾ O saldo de adição de Máquinas e Equipamentos refere-se principalmente a investimento de equipamentos, e suas principais peças.

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixa	Depreciação	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Benfeitorias em imóveis de terceiros	157.319	3.587	-	(8.593)	4.399	156.712
Máquinas e equipamentos ⁽¹⁾	368.353	79.448	(310)	(36.517)	(4.821)	406.153
Móveis e utensílios	8.595	232	-	(1.734)	(1.111)	5.982
Equipamentos de informática	17.760	1.026	-	(4.624)	226	14.388
Instalações	995	71	-	(421)	1.270	1.915
Veículos	4	25	-	-	37	66
Adiantamento a fornecedores	8.480	8	-	-	-	8.488
	561.506	84.397	(310)	(51.889)	-	593.704

⁽¹⁾ O saldo de adição de Máquinas e Equipamentos refere-se principalmente a investimento de equipamentos, e suas principais peças.

Em 31 de dezembro de 2025 a Administração não identificou alterações significativas na vida útil econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas durante o prazo de vigência do contrato de locação e considera a expectativa de renovação ou alienação, quando a Administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos. Os terrenos e as construções em andamento não são depreciados ou amortizados.

A Companhia avaliou os indicativos de *impairment* para o período findo em 31 de dezembro de 2025 e foi identificado a necessidade de provisão de perda no valor de R\$ 2.146 mil para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados.

10. Intangível

Controladora	31/12/2025				31/12/2024
	Taxa média anual de amortização %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso-software	20	99.721	(67.565)	32.156	74.200
Intangível em andamento	N/A	138	-	138	138
		99.859	(67.565)	32.294	74.338

Consolidado	31/12/2025				31/12/2024
	Taxa média anual de amortização %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Ágio na aquisição de empresas	N/A	162.526	(144)	162.382	844.768
Direito de uso - software	20	160.255	(110.589)	49.666	92.487
Intangível em andamento	N/A	138	-	138	138
Marcas	N/A	55.313	-	55.313	55.313
Outros	N/A	11.182	-	11.182	11.182
		389.414	(110.733)	278.681	1.003.888

As movimentações do ativo intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentadas a seguir:

Controladora	Saldo em 31/12/2024	Adições	Transferências	Amortização	Impairment	Saldo em 31/12/2025
Direito de uso - software	74.200	21.179	(152)	(14.236)	(48.835)	32.156
Intangível em andamento	138	-	-	-	-	138
	74.338	21.179	(152)	(14.236)	(48.835)	32.294

⁽¹⁾ O saldo de transferência de Direito de uso - Software refere-se a projetos de tecnologia tais como, sistema Pleres, Protheus, expansão do Command Center e outros.

Controladora	Saldo em 31/12/2023	Adições	Transferências	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Direito de uso - software	32.705	426	50.115 ⁽¹⁾	(9.046)	74.200
Intangível em andamento	36.549	13.704	(50.115)	-	138
	69.254	14.130	-	(9.046)	74.338

⁽¹⁾ O saldo de transferência de Direito de uso - Software refere-se a projetos de tecnologia tais como, sistema Pleres, Protheus, expansão do Command Center e outros.

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Adições	Aquisição Controladas	Baixas	Transferências	Amortização	Impairment	Saldo em 31/12/2025
-------------	---------------------	---------	-----------------------	--------	----------------	-------------	------------	---------------------

Ágio na aquisição de empresas	844.768	-	21.975	(14.384)	-	(144)	(689.833)	162.382
Direito de uso - software	92.487	22.324	3.576	(337)	(690)	(18.859)	(48.835)	49.666
Intangível em andamento	138	-	-	-	-	-	-	138
Marcas	55.313	-	-	-	-	-	-	55.313
Outros	11.182	-	-	-	-	-	-	11.182
	1.003.888	22.324	25.551	(14.721)	(690)	(19.003)	(738.668)	278.681

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Ágio na aquisição de empresas	844.768	-	-	-	-	844.768
Direito de uso - software	51.896	1.024	52.695	-	(13.128)	92.487
Intangível em andamento	38.867	13.966	(52.695)	-	-	138
Marcas	55.313	-	-	-	-	55.313
Outros	11.182	-	-	-	-	11.182
	1.002.026	14.990	-	-	(13.128)	1.003.888

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não existem direitos dados em garantia. O ágio, por não estar sujeito a amortização, é testado sempre que há indicativo de perda, quanto à sua recuperabilidade. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração, com base em laudo elaborado por empresa especializada e independente, identificou perda por *impairment* registrada no resultado do exercício. A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos demais ativos intangíveis com vida útil definida que integram o ativo da Companhia e de suas controladas.

Alocação do Ágio às Unidades Geradoras de Caixa ("UGC")

A Companhia realiza anualmente o teste de recuperabilidade do ágio registrado em suas unidades geradoras de caixa ("UGCs"), em conformidade com o CPC 01 (R1) /IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Os valores do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) foram alocados por unidade, assim como os ativos intangíveis com vida útil indefinida. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o teste foi elaborado com o suporte de laudo técnico elaborado por empresa especializada independente, com base na metodologia de fluxo de caixa descontado.

O valor recuperável de cada UGC foi determinado pelo seu valor em uso, calculado a partir de projeções de fluxo de caixa livre para um horizonte de 10 anos, período utilizado pela Companhia em sua modelagem financeira de longo prazo, acrescidas de valor de perpetuidade com taxa de crescimento nominal de 1% ao ano. A taxa de desconto utilizada foi de 14,0% ao ano, calculada com base na taxa livre de risco, risco país, risco de mercado acionário e beta desalavancado do setor, considerando a estrutura de capital da Companhia, e aplicada uniformemente a todas as UGC's testadas. O efeito da perda apurada reflete as premissas e projeções ajustadas ao cenário atual da Companhia, incorporando o ambiente macroeconômico vigente e as perspectivas de geração de caixa de cada unidade avaliada, com foco na rentabilidade e na eficiência operacional atual.

As projeções consideram premissas de crescimento de receita específicas por unidade, de acordo com a demanda de mercado e a taxa de ocupação da capacidade instalada, bem como premissas de custos e despesas fixas atualizadas com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O teste de recuperabilidade realizado identificou que o valor contábil excedia seu valor recuperável, resultando no reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) do saldo do ágio na aquisição de empresas no montante de R\$676,8 mil e de intangíveis de direito de uso no montante de R\$50.952 mil.

A avaliação de recuperabilidade envolve julgamentos críticos e subjetivos da Administração sobre premissas de projeções de resultados futuros. A utilização de premissas distintas, ou a não concretização dos eventos considerados nas projeções, pode resultar em impactos adicionais sobre o valor recuperável desses ativos em períodos subsequentes.

Segue abaixo alocação do ágio e intangível com vida útil indefinida em 31 de dezembro de 2025:

UGC	31/12/2025		31/12/2024	
	Ágio	Intangível com vida útil indefinida	Ágio	Intangível com vida útil indefinida
CDB	20.308	44.860	519.226	44.860
DELFIN	8.010	20.231	177.160	20.231
CDI/Multiscan	90.884	1.404	90.884	1.404
SJT	7.165	-	12.202	-
Grupo CO	-	-	14.384	-
Cura	21.831	-	-	-
Demais empresas	14.184	-	30.912	-
	162.382	66.495	844.768	66.495

11. Direito de uso

Os ativos de direito de uso são demonstrados a seguir:

Controladora	31/12/2025				31/12/2024
	Vida útil média (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso - Imóveis	6	85.920	(73.100)	12.820	19.021
		85.920	(73.100)	12.820	19.021

Consolidado	31/12/2025				31/12/2024
	Vida útil média (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso - Imóveis	6	598.418	(402.650)	195.768	209.792
Direito de uso - Equipamentos	6	349	(189)	160	225
		598.767	(402.839)	195.928	210.017

As movimentações do saldo de direito de uso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentadas a seguir:

Controladora	Saldo em 31/12/2024	Adições	Remensuração	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Direito de uso - Imóveis	19.021	-	526	-	(6.727)	12.820
	19.021	-	526	-	(6.727)	12.820

Controladora	Saldo em 31/12/2023	Adições	Remensuração	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Direito de uso - Imóveis	27.233	216	444	-	(8.872)	19.021

27.233	216	444	-	(8.872)	19.021
---------------	------------	------------	----------	----------------	---------------

Consolidado	Saldo em 31/12/2024	Adições	Remensuração	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Direito de uso - imóveis	209.792	14.380	12.242	(8.013)	(32.633)	195.768
Direito de uso - Equip.	225	4	-	-	(69)	160
	210.017	14.384	12.242	(8.013)	(32.702)	195.928

Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Adições	Remensuração	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Direito de uso - imóveis	233.336	216	13.385	-	(37.145)	209.792
Direito de uso - Equip.	294	-	-	-	(69)	225
	233.630	216	13.385	-	(37.214)	210.017

A Companhia possui operações de arrendamento de diversos ativos como: imóveis. Em geral, os contratos de aluguel de imóveis possuem em média 6 anos de vigência. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições. A alocação da depreciação do ativo de direito de uso é realizada de forma sistemática e linear. A vida útil será reavaliada periodicamente de forma a capturar alterações nas intenções de continuidade do arrendamento seja por questões estratégicas da Companhia ou por intenção do locador. As taxas médias ponderadas de descontos aplicadas aos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2025 são de 11,38% para contratos com vencimento entre 1 e 6 anos.

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores diversos	84.787	1.491	259.643	61.059
Mais de um ano e menos de cinco anos	12.824	12.052	40.631	31.569
Adiantamento a fornecedores	(34.545)	(13.143)	(63.297)	(14.312)
	63.066	400	236.977	78.316

O saldo de fornecedores diversos é composto substancialmente por obrigações decorrentes da aquisição de bens e serviços no curso normal das operações da Companhia. O aumento do saldo em 31 de dezembro de 2025 está associado ao contexto de restrição de liquidez enfrentado pela Companhia no período, conforme descrito na nota 1, que resultou em extensão de prazos e acúmulo de saldos em aberto junto a fornecedores.

A parcela classificada como "mais de um ano e menos de cinco anos" refere-se a saldos com prazo de liquidação renegociado junto a fornecedores, classificados no passivo não circulante em função do prazo de vencimento esperado.

O saldo de adiantamento a fornecedores é apresentado como conta redutora do saldo de fornecedores diversos.

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Moeda nacional				
Capital de giro	118.438	137.951	169.300	137.951
Debêntures	291.290	371.371	291.290	371.371
Notas Comerciais	6.835	241.225	21.551	241.225
(-) Custo de captação	(13.453)	(28.834)	(13.453)	(28.834)
Total	403.110	721.713	468.688	721.713
Circulante	403.110	293.991	463.708	293.991
Não circulante	-	427.722	4.980	427.722

As movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentadas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	728	1.045.282	728	1.045.282
Captações líquidas	87.373	1	202.161	123.704
Pagamento de principal	(410.022)	1	(461.167)	(438.761)
Pagamentos de encargos financeiros ⁽¹⁾	(94.810)	1	(98.481)	(128.653)
Encargos financeiros	33.011	1	38.617	123.994
Amortização do custo de captação e deságio	65.104		65.104	(3.853)
Variação cambial	741		741	-
Saldo no fim do exercício	403.110	721.713	468.688	721.713

⁽¹⁾ Conforme parágrafo 33 do CPC 03 (R2) /IAS 7, o Grupo entende que os juros pagos são melhor apresentados na atividade de financiamento.

Resumo dos principais contratos vigentes

As características dos principais contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão descritas a seguir:

Modalidade	Vencimento	Indexador	Taxa Contratual
Capital de Giro (i)	Anual julho/2022 a março/2026	CDI +	3,00% a.a.
Capital de Giro (ii)	Anual dezembro/2024 e dezembro/2025	CDI +	2,30% a.a.
Debêntures (iii)	Semestral abril/2024 a outubro/2027	CDI +	2,75% a.a.
Capital de Giro (iv)	Mensal outubro/2024 a dezembro/2025	CDI +	3,80% a.a.
Capital de Giro (v)	Mensal dezembro/2022 a maio/2026	CDI +	2,42% a.a.
Nota Comercial (vi)	Mensal agosto/2023 a agosto/2026	CDI +	1,00% a.m.
Capital de Giro (vii)	Mensal setembro/2023 a agosto/2026	CDI +	8,41% a.a.
Capital de Giro (viii)	Janeiro/2026	CDI+	1,20% a.m.
Capital de Giro (ix)	Abril/2033	IPCA+	6,51% a.a.
Capital de Giro (x)	Mensal novembro/2025 a outubro/2026	-	1,60% a.m.
Capital de Giro (xi)	Mensal agosto/2025 a julho/2038	CDI+	2,43% a.a.
Capital de Giro (xii)	Trimestral janeiro/2026 a outubro/2030	SOFR+	3,75% a.a.
Nota Comercial (xiii)	Mensal dezembro/2025 a abril/2026	-	2,20% a.m.

- (i) Empréstimo concedido pelo Itaú Unibanco em novembro de 2020 para a Controladora no montante de R\$ 72.510, e possui como indexador CDI acrescido de 3,00% a.a. com vencimento de julho de 2022 a março de 2026.

- (ii) Empréstimo concedido pelo Banco do Brasil em outubro de 2020 para a Controladora no montante de R\$ 30.000, com indexador CDI acrescido de 2,30% a.a. com amortização em duas parcelas, no montante de R\$ 15.000 cada, com vencimentos em dezembro de 2024 e 2025. O contrato é fruto da renegociação para alongamento das dívidas junto ao Banco do Brasil.
- (iii) Em outubro de 2022, a Companhia concluiu a captação de recursos financeiros, em oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, coordenada, estruturada e distribuída pela BR Partners, por meio de emissão de debêntures simples no montante de R\$ 400.000, com indexador CDI acrescido de 2,75% a.a., e vencimento em 8 parcelas semestrais, sendo a primeira em abril de 2024 e a última em outubro de 2027.
- (iv) Empréstimo concedido pelo Votorantim em outubro de 2024 e maio de 2025 para a Controladora no montante de R\$ 31.766, com indexador CDI acrescido de 3,80% a.a. com parcelas mensais e vencimento entre outubro de 2024 a dezembro de 2025.
- (v) Empréstimo concedido pela Caixa Econômica Federal em maio de 2022 para a Controladora no montante de R\$ 50.000, com indexador CDI acrescido de 2,42% a.a. com parcelas mensais e vencimento entre dezembro de 2025 a maio de 2026.
- (vi) 7ª emissão de Notas Comerciais distribuída em agosto de 2025 pela Controladora, no montante de R\$ 6.200, com indexador CDI acrescido de 1,00% a.m. com vencimentos mensais entre agosto de 2023 a agosto de 2026.
- (vii) Empréstimos concedidos pelo Banco Sofisa entre agosto de 2023 e setembro de 2025 para a Controladora no montante de R\$ 45.180, com indexador CDI médio acrescido de 8,41% a.a. com parcelas mensais e vencimentos entre setembro de 2023 a agosto de 2026.
- (viii) Empréstimo concedido pelo SRM em janeiro de 2025 para a Controladora no montante de R\$ 5.000, com indexador CDI acrescido de 1,20% a.m. e vencimento em janeiro de 2026.
- (ix) Os Financiamentos de Cédula de Crédito Bancário concedidos pelo Banco Nordeste no montante de R\$ 5.122, com taxa de 6,51% a.a. acrescido de média do IPCA FNE dos últimos 12 meses, vencimento em abril de 2033, estão garantidos por alienação fiduciária de bens financiados.
- (x) Empréstimo concedido pelo Portobank em outubro de 2025 no montante de R\$ 35.733, com taxa de 1,60% a.m. e vencimentos mensais entre novembro de 2025 e outubro de 2026.
- (xi) Empréstimo concedido pelo Unicred a controlada Cura, com saldo de R\$ 20.000 no momento da aquisição, com saldo de R\$ 20.000 no momento da aquisição, com indexador CDI acrescido de 2,43% a.a. com vencimentos mensais entre agosto de 2025 e julho de 2038.
- (xii) Empréstimo concedido pela Siemens Servicios Comerciales em outubro de 2025 para a Controladora no montante de US\$ 10.000, equivalente a R\$ 54.300, com indexador SOFR rate acrescido de 3,75% a.a. com vencimento trimestral entre janeiro de 2026 e outubro de 2030.
- (xiii) Notas Comerciais emitidas pela Controlada TKS em outubro e dezembro de 2025 no montante de R\$ 11.429 com taxa de 2,20% a.m. e vencimentos mensais entre dezembro de 2025 e abril de 2026.

Garantias

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata vinculadas aos contratos de financiamentos (vide nota 4) e recebíveis de cartão de crédito cedidos fiduciariamente em garantia da dívida contratada junto ao Banco Sofisa S.A..

Covenants

A Companhia mantém contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras que contêm cláusulas restritivas (*covenants*), incluindo obrigações financeiras e não financeiras. O descumprimento dessas cláusulas pode resultar no vencimento antecipado das dívidas.

Os principais eventos de descumprimento que implicam vencimento automático das dívidas são:

- Inadimplemento de obrigações pecuniárias perante os credores;
- Pedido de recuperação judicial ou falência da Companhia;
- Pedido de extinção, liquidação ou dissolução da Companhia ou de suas controladas que representem, individualmente ou em conjunto, mais de 10% da receita líquida consolidada;
- Alteração do tipo societário que implique a descaracterização da Companhia como sociedade por ações;
- Decisão judicial ou arbitral que declare a ilegalidade, nulidade ou inexecutabilidade das obrigações previstas nos contratos;
- Ocorrência de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras (cross default) superiores a R\$ 20 mil, atualizados pelo IPCA.
- Alteração e/ou transferência do controle da Companhia.

Especificamente, sobre as Debêntures, o contrato prevê diversos eventos de vencimento antecipado de natureza não automática, ou seja, que dependem de manifestação do agente fiduciário ou de deliberação dos debenturistas. Dentre esses eventos, destacam-se, em relação a terceira emissão de debêntures da Companhia:

- A não manutenção, por parte da Emissora, de classificação de risco corporativo (rating) atribuída por ao menos uma das seguintes agências: *Standard & Poor's*, *Moody's América Latina* ou *Fitch Ratings*, sendo exigida, no mínimo, a nota "A- (bra)";
- A não observância do índice de endividamento máximo permitido, definido como a razão entre Dívida Líquida e EBITDA, que deve ser igual ou inferior a 3,0x. Esse indicador é apurado trimestralmente pela Emissora e seu acompanhamento cabe ao Agente Fiduciário;
- Ocorrendo um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 3 (três) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência de referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação, ou, em segunda convocação, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, determinarem ao Agente Fiduciário que não declare o vencimento antecipado das Debêntures, em primeira ou segunda convocação, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrava inadimplemento pontual em obrigações contratuais de empréstimos bancários, cujas posições estão detalhadas a seguir:

- Banco Votorantim S.A.: Parcelas vencidas em novembro e dezembro de 2025, oriundas de Cédula de Crédito Bancário (CCB), com exposição financeira de R\$ 4,3 milhões na data-base. Em 20 de maio de 2026, foi celebrado Instrumento Particular de Repactuação de Dívida, promovendo a consolidação do saldo devedor integral, com prazo de amortização de 5 anos e carência de 6 meses para o início do pagamento do principal;

- Banco do Brasil S.A.: Parcela vencida em dezembro de 2025 correlata a contrato de capital de giro, com saldo devedor de R\$ 15,3 milhões em 31 de dezembro de 2025;
- Caixa Econômica Federal: Parcelas consecutivas vencidas a partir de novembro de 2025, totalizando um saldo devedor acumulado de R\$ 8,3 milhões no encerramento do exercício.

Subsequentemente ao encerramento do exercício, a Companhia recebeu comunicações formais de credores declarando o vencimento antecipado de obrigações financeiras, conforme detalhado abaixo:

- Itaú BBA S.A.: Em 10 de fevereiro de 2026, a instituição notificou a Companhia declarando o vencimento antecipado de Cédula de Crédito Bancário (CCB), com fundamento em cláusula de inadimplemento contratual, em razão do não pagamento das parcelas vencidas em 16 de dezembro de 2025 e 16 de janeiro de 2026. O saldo devedor atualizado, após negociação passou a ser de R\$5 mil;
- Siemens Servicios Comerciales: Em 5 de março de 2026, a referida credora comunicou à Companhia a declaração de vencimento antecipado do contrato de mútuo financeiro (financiamento de US\$ 10,1 mil pactuado em 2025), com fundamento em cláusula de alteração de controle (change of control), decorrente da mudança na composição do controle acionário da Companhia efetivada entre fevereiro e março de 2026;
- Em 9 de abril de 2026, foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) da 3ª Emissão de Debêntures da Companhia, na qual os titulares deliberaram, por quórum superior a 2/3 dos títulos em circulação, pelo reconhecimento do vencimento antecipado das obrigações, cujo saldo devedor atualizado totalizava R\$ 306,2 mil. A declaração de aceleração fundamentou-se nos seguintes eventos de descontinuidade contratual: (i) inadimplemento de dívidas financeiras superiores a R\$ 20 mil; (ii) apontamento de protestos de títulos em valor superior a R\$ 20 mil; (iii) descumprimento de obrigação acessória de comunicação ao Agente Fiduciário; e (iv) rebaixamento do rating corporativo para patamar inferior ao limite mínimo exigido de "A-(bra)". A Administração submete os efeitos e a liquidação desta cobrança às regras e suspensões vigentes em seu processo de reestruturação de passivos.

Em virtude das execuções e do não cumprimento de cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos e financiamentos elegíveis a repactuação subsequente e que foram reivindicados pelas instituições financeiras e não foram renegociados, estão classificados no passivo circulante (vide nota 29 "c" para detalhamento sobre eventos subsequente sobre renegociações realizadas).

14. Arrendamentos

O Grupo possui contratos de arrendamento de suas unidades, máquinas e outros equipamentos utilizados em sua operação. As obrigações do Grupo nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados.

A seguir demonstramos as movimentações do arrendamento mercantil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	16.160	28.185	229.349	263.961
Adições	-	216	14.384	216
Remensuração	-	-	(890)	-
Juros provisionados	526	444	12.242	13.385
Amortização principal	1.922	2.816	24.217	27.240
Baixa	(2.696)	(15.501)	(50.824)	(75.453)

Saldo no fim do período	15.912	16.160	228.478	229.349
--------------------------------	---------------	---------------	----------------	----------------

O Grupo também possui alguns arrendamentos de imóveis e máquinas com prazos iguais ou menores que 12 meses, arrendamentos de equipamentos de escritório de baixo valor e arrendamentos de imóvel com parcelas totalmente variáveis. Para esses casos, o Grupo aplica as isenções de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, arrendamento de ativos de baixo valor e pagamentos variáveis.

15. Contas a pagar – aquisição de empresas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Controladas adquiridas:				
Som	1.751	1.750	1.751	1.750
Sonimed	157	143	157	143
Sabedotti	750	654	750	654
UMDI	5.579	5.289	5.579	5.289
Laboratório São Lucas	41	41	41	41
Delfin	8.034	7.599	8.034	7.599
Cura	3.108	-	3.108	-
Total	19.420	15.476	19.420	15.476

As contas a pagar por aquisições de empresas se referem às contraprestações a serem transferidas na aquisição de participação de empresas, conforme estipulado nos respectivos contratos. Sobre os valores incidem encargos financeiros com base na variação das taxas do CDI ou SELIC.

As movimentações das contas a pagar por aquisição de empresas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	15.476	18.280	15.476	18.280
Captação	3.108	-	3.108	-
Pagamento do principal	-	(3.845)	-	(3.845)
Encargos financeiros ⁽¹⁾	836	1.041	836	1.041
Saldo no fim do exercício	19.420	15.476	19.420	15.476

⁽¹⁾ Conforme parágrafo 33 do CPC 03 (R2) /IAS 7, o Grupo entende que os juros pagos são melhor apresentados na atividade de financiamento.

16. Obrigações Tributárias e Parcelamento de Impostos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributos federais parcelados	2.328	34.281	10.026	87.252
PIS e COFINS	12.815	15.319	31.602	67.234
ISSQN	5.239	7.686	67.461	33.850
Retenções federais	32.311	2.765	75.133	18.314
IRPJ e CSLL	4.332	3.019	33.300	21.255
IOF	3.700	3.700	3.679	3.724
Saldo no final do exercício	60.725	66.770	221.201	231.629
Circulante	58.863	39.076	213.190	162.846
Não circulante	1.862	27.694	8.011	68.783

17. Provisão para riscos legais

A composição e a movimentação da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas e previdenciários	6.055	1.927	16.903	5.141
Tributários	5.049	11.529	6.887	35.977
Cível	1.449	1.804	3.405	14.932
Total	12.553	15.260	27.195	56.050

Parte da provisão para riscos tributários no passivo (Consolidado) é representada pela contrapartida da Garantia de Reembolso de Contingências de natureza tributária apresentada no ativo.

A Companhia discute administrativa e judicialmente a aplicação de regime fixo de ISS, cujo risco de perda era considerado provável em 31 de dezembro de 2024. Baseado na opinião dos nossos assessores jurídicos, o risco de perda passou a ser possível em 31 de dezembro de 2025.

Parte dos riscos legais da Companhia e de suas controladas são garantidos por cláusulas de responsabilidade estabelecidas em acordo de investimento entre seus acionistas, as quais preveem o ressarcimento de contingências pagas ou assumidas pela Companhia relativas a fatos ocorridos e/ou existentes antes da data de aquisição das controladas, conforme detalhado na nota explicativa nº 8.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de depósitos judiciais é de R\$ 8.504 na Controladora e R\$ 30.477 no consolidado para fazer frente aos processos em andamento (R\$ 8.160 e R\$ 28.902 respectivamente em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia e suas controladas figuram no polo passivo em processos administrativos e judiciais cujos riscos de perda são possíveis referem-se a:

Tributários

Conforme avaliação dos assessores jurídicos, a Companhia não possui contingências trabalhistas com probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 114.802 de causas tributárias e R\$ 1.150 de garantia em 31 de dezembro de 2024).

Cíveis

Conforme avaliação dos assessores jurídicos, a Companhia não possui contingências cíveis decorrentes de danos materiais e morais com probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 28.174 de causas cíveis e R\$ 2.957 de garantia em 31 de dezembro de 2024).

Trabalhistas

Os processos trabalhistas em que a Companhia e suas controladas figuram em polo passivo referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários e prestadores de serviços referente às cobranças de horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação da legislação trabalhista quanto à existência de vínculo empregatício.

O risco em 31 de dezembro de 2025 foi avaliado no montante de R\$ 33.140, para o qual a Companhia possui garantias no montante de R\$ 4.456 (R\$ 28.805 de causas trabalhistas e R\$ 143 de garantia, em 31 de dezembro de 2024).

18. Patrimônio líquido

Capital social

Em janeiro de 2025, a Companhia concluiu o aumento de capital, passando de R\$ 635.373 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 1.146.382, mediante a emissão de 34.066.666 (trinta e quatro milhões, sessenta e seis mil, seiscentas e sessenta e seis) de novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, pela Companhia, ao preço de emissão de R\$ 15 (quinze reais) por ação, totalizando um valor de emissão de R\$ 511.000 (quinhentos e onze milhões de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Ações ordinárias	152.359.482	118.292.816
	152.359.482	118.292.816

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o quadro acionário é composto por:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Capital Votante	Ações Ordinárias	Capital Votante	Ações Ordinárias
Lormont Participações S.A.	46,19%	70.370.366	30,68%	36.293.963
Fonte de Saúde FI Participações	20,62%	31.414.662	62,36%	73.769.955
Free-flout (outros acionistas)	33,17%	50.536.849	6,78%	8.016.537
Tesouraria	0,02%	37.605	0,18%	212.361
	100%	152.359.482	100%	118.292.816

- (i) Em 7 de fevereiro de 2026, a Alliança Saúde e Participações S.A. recebeu comunicações do Opus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada e do Prisma Infratelco VD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios acerca da aquisição de participações acionárias relevantes, equivalentes a aproximadamente 49,11% e 10,72% de seu capital social, respectivamente, decorrentes da excussão de garantias fiduciárias sobre ações.

Em 3 de março de 2026, os referidos investidores comunicaram a alienação integral dessas participações, em linha com manifestações prévias de não permanência no quadro acionário. Adicionalmente, a Companhia foi informada de que o Tessai Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada adquiriu participação equivalente a aproximadamente 59,84% do capital social, passando a deter o controle acionário da Companhia

Reserva de capital

	31/12/2025	31/12/2024
Instrumentos patrimoniais decorrentes de combinação de negócios (i)	616.673	616.673
Ágio/deságio transações com sócios (ii)	(6.527)	(6.527)
Outras reservas de capital (iii)	(1.892)	(1.892)
	608.254	608.254

- (i) Saldo relativo à integralidade das ações dos acionistas das controladas CDB e da Delfin, na qual são consideradas subsidiárias integrais.
- (ii) A rubrica representa o ágio ou deságio pago na aquisição de participação minoritária em controladas.

Ações em tesouraria

A movimentação das ações em tesouraria no exercício se encontra apresentada a seguir:

	Quantidade de ações	Valor	Custo médio (em R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	212.361	2.280	10,74
Transferências	(121.534)	(1.503)	12,37
Estorno de transferências	(85.000)	(727)	8,56
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.827	50	8,55
Transferências	31.778	140	4,41
Saldo em 31 de dezembro de 2025	37.605	190	5,05

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

Aportes de 2024: Foram divulgados, via Fato Relevante, termos de AFAC que previram o compromisso da Lormont de transferir recursos à Allianz nos montantes de R\$ 130.480 (cento e trinta mil, quatrocentos e oitenta reais) em março, R\$ 119.519 (cento e dezenove mil, quinhentos e dezenove reais) em abril e R\$ 61.000 (sessenta e um mil reais) em setembro.

Conversão em Capital (janeiro de 2025): Foi divulgado via Aviso aos Acionistas o encerramento do período de preferência e a homologação do aumento de capital no valor de R\$ 511.000 (quinhentos e onze mil reais). Vide na nota nº 17 (capital social).

Resultado por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 / IAS 33- Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Básico

O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações da Controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver.

Diluído

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido ajustado atribuído aos detentores de ações da Controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais, incluindo as ações restritas. No entanto, em razão dos prejuízos apurados no período findo em 31 de dezembro de 2025, estes instrumentos possuem efeito não dilutivo e, portanto, não foram considerados na quantidade total de ações em circulação para determinação do prejuízo diluído por ação.

Básico	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores	(1.372.344)	(129.119)
Quantidade média das ações em circulação (ações em milhares)	152.359	118.293
Prejuízo por ação (em R\$) - básico	<u>(9,007)</u>	<u>(1,092)</u>

Diluído	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores	(1.372.344)	(129.119)
Quantidade média das ações em circulação (ações em milhares)	152.359	118.293
Efeito diluidor das ações em circulação (ações em milhares)	-	-
Média do número de ações durante os planos – diluído	152.359	118.293
Prejuízo por ação (em R\$) - diluído	<u>(9,007)</u>	<u>(1,092)</u>

19. Receita líquida de serviços

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta de serviços	261.391	249.559	1.282.085	1.256.660
Receita bruta de construção	-	-	18.984	10.143
Receita bruta total	<u>261.391</u>	<u>249.559</u>	<u>1.301.069</u>	<u>1.266.803</u>
(-) Impostos sobre vendas	(16.231)	(15.531)	(79.119)	(77.148)
(-) Anulações e glosas	(16.133)	(906)	(68.125)	(12.105)
Deduções da receita bruta	<u>(32.364)</u>	<u>(16.437)</u>	<u>(147.244)</u>	<u>(89.253)</u>
Receita operacional líquida	<u>229.027</u>	<u>233.122</u>	<u>1.153.825</u>	<u>1.177.550</u>

20. Informações sobre a natureza dos custos e despesas reconhecidos na demonstração do resultado

O Grupo apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração dos resultados são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal	(153.109)	(56.197)	(409.298)	(375.765)
Insumos e serviços médico-hospitalares	(11.775)	(14.823)	(125.880)	(105.479)
Serviços de terceiros e outros	(81.890)	(25.943)	(157.194)	(166.550)
Honorários médicos	(72.880)	(59.077)	(272.567)	(250.352)
Manutenção	(8.098)	(4.090)	(36.049)	(26.769)
Custo de construção	-	-	(17.912)	(9.570)
Depreciação e amortização	(25.233)	(32.917)	(107.311)	(102.850)
Ocupação	(12.848)	(9.805)	(49.666)	(46.424)
Perda por distribuição de dividendos desproporcionais	-	(172)	-	-
Impairment ⁽¹⁾	(740.814)		(740.814)	
Provisão para perda - Hemera	(105.086)	-	(106.202)	-
Outras (despesas) receitas	53.769	12.950	(179.341)	20.117
	(1.157.964)	(190.074)	(2.196.234)	(1.063.642)
Custo dos serviços prestados	(202.123)	(173.545)	(914.288)	(833.459)
Despesas gerais e administrativas	(64.725)	(29.999)	(292.505)	(236.070)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(891.116)	13.470	(989.441)	5.887
	(1.157.964)	(190.074)	(2.196.234)	(1.063.642)

⁽¹⁾ Refere-se ao impairment de ágio e de mais-valia reconhecido no exercício (vide notas 8, 9 e 10).

21. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas Financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	12.955	10.900	14.540	12.536
Outras receitas financeiras	17.077	36.441	22.660	45.905
	30.032	47.341	37.200	58.441
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos	(16.334)	(127.719)	(88.028)	(126.409)
Juros sobre arrendamento mercantil	(1.922)	(2.920)	(24.217)	(27.282)
Custo de captação	(8.454)	(34.180)	(22.214)	(62.139)
Juros de contas a pagar por aquisição de empresa	(836)	(1.041)	(836)	(2.118)
Juros de parcelamento de impostos	1.646	(9.612)	(10.858)	(20.842)
Outras despesas financeiras ⁽¹⁾	(41.722)	(8.462)	(123.468)	(26.928)
	(67.622)	(183.934)	(269.621)	(265.718)
Variações cambiais, líquidas	(741)	-	(741)	-
Resultado financeiro, líquido	(38.331)	(136.593)	(233.162)	(207.277)

⁽¹⁾ Refere-se principalmente à (i) R\$ 5.295 tributos federais sobre receitas financeiras; (ii) R\$ 114.664 encargos financeiros.

22. Imposto De Renda e Contribuição Social

a) Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo antes IRPJ e CSLL	(1.313.252)	(129.119)	(1.275.571)	(91.931)
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) de IRPJ e CSLL	446.506	43.901	433.694	31.257
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(116.863)	(12.095)	(136.551)	1.197
Impairment	(247.463)	-	(247.463)	-
Remuneração Diretoria	2.688	2.696	2.688	3.946
Perda por dividendos desproporcionais	-	(58)	-	-
Juros sobre capital próprio recebidos e pagos	(2.107)	-	-	392
Crédito tributário sobre prejuízo fiscal	-	(42.544)	-	(71.478)
Efeito das empresas enquadradas no lucro presumido	-	-	2.474	10.354
Adições e exclusões permanentes	(43.489)	-	(61.063)	-
Outros	(98.364)	8.100	(78.735)	2.546
Total IR/CS no resultado do exercício	(59.092)	-	(84.955)	(21.786)
Imposto de renda e contribuição social – Corrente			(21.967)	
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	(59.092)	-	(62.988)	(21.786)

Composição do saldo patrimonial do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo diferido	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal	284.435	454.375	393.178	538.235
Outras diferenças temporárias	34.312	36.294	61.973	64.456
Mais valia de ativos	-	13.790	-	13.791
Base de cálculo	318.747	504.459	154.751	616.482
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	108.374	171.516	8.860	209.605

Passivo diferido	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Diferimento de lucro regime de caixa	-	-	26.060	7.637
Base de cálculo	-	-	-	7.637
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	-	-	8.860	2.597

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Classificados como:				
Imposto diferido ativo líquido - ativo não circulante	108.374	171.516	84.955	209.605
Imposto diferido passivo - passivo não circulante	-	-	8.860	2.597

Movimentação do saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025		31/12/2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo de impostos diferidos no início do exercício	171.516		209.605	
Impostos diferidos reconhecidos no resultado	(63.142)	-	(124.650)	8.860
Saldo de impostos diferidos no fim do exercício	108.374	-	84.955	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024		31/12/2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo de impostos diferidos no início do exercício	171.516	-	204.322	3.347
Impostos diferidos reconhecidos no resultado	-	-	5.283	(751)
Saldo de impostos diferidos no fim do exercício	171.516	-	209.605	2.596

A Companhia realizou, em 31 de dezembro de 2025, estudo tributário com o suporte de escritório de advocacia especializado e de reconhecida atuação na matéria, no qual identificou a utilização de créditos tributários no curto prazo, em decorrência de benefício fiscal e de transação tributária, já tendo, inclusive, protocolizado o requerimento da controladoria perante a Receita Federal do Brasil. A avaliação da recuperabilidade desses ativos envolve julgamentos críticos por parte da Administração, considerando as condições e os prazos estabelecidos no âmbito da referida transação e do benefício fiscal aplicável. A Administração estima que os créditos tributários serão recuperados no curto prazo.

A Companhia revisitou as premissas utilizadas no referido estudo para 31 de dezembro de 2025 e realizou a baixa parcial sobre os créditos diferidos registrados, em montante não representativo em relação ao saldo total desses ativos, sem efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras.

Na visão consolidada, os créditos tributários diferidos elegíveis de compensação imediata não registrados em 31 de dezembro de 2025 representam o montante de R\$ 476.582.462,02 (R\$ 339.029.156,57 em 31 de dezembro de 2024), composto por R\$ 350.428.280,90 (R\$ 249.286.144,53 em 31 de dezembro de 2024) de IRPJ e R\$ 126.154.181,12 (R\$ 89.743.012,03 em 31 de dezembro de 2024) de CSLL. Há ativo diferido reconhecido no montante de R\$ 133.680.405,79 em virtude de comprovação de expectativa de utilização no curto prazo. O montante residual será registrado contabilmente a partir do momento em que a Companhia atender a todas as premissas de recuperabilidade para o registro da integralidade do referido crédito tributário.

b) Composição dos tributos diferidos

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social diferidos	108.374	171.516	204.322	209.604
Passivo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	59.052	-	84.955	2.597
Pis/Cofins/ISS diferidos	-	-	-	3.450
	59.052	-	84.955	6.047

23. Partes relacionadas

Controladora

	Resultado Rateio e despesas	Ativo				Passivo		
		Mútuos	Notas de Débito	Outros ativos	Total	Mútuo	Outros passivos	Total
Controladas								
Alliança	273	-	-	-	-	65	17	82
Alliar Participações	-	-	-	-	-	22.709	-	22.709
Alienação de investimentos	-	-	-	136	136	-	-	-
Alto São Francisco Diag. Imagem	1.187	-	-	-	-	6.589	-	6.589
CDB	88.702	251.252	58.800	-	310.052	-	8	8
CDI Vila Velha	2.000	-	2.717	-	2.717	-	-	-
CDI Vitoria	1.659	1.177	4.791	-	5.968	-	-	-
Centro Diagnóstico Cláudio Ramos	4.174	-	-	-	-	25.993	-	25.993
Centro Imagens Diag. (Cedimagem)	2.305	-	9.892	-	9.892	3.245	-	3.245
Científica Tecnogama	-	-	-	-	-	1.406	-	1.406
Clínica Delfin Gonzalez	-	-	-	-	-	-	-	-
Clínica Sabedotti	4.325	-	-	-	-	12.240	-	12.240
DI Imagem Centro Diag. Integrado Imagem	3.933	6.798	8.554	-	15.352	-	4	4
DI Imagem Diag. Integrado por Imagem	-	380	33	-	413	-	-	-
DI Imagem I Unidade Ultrassonografia	1.086	-	-	-	-	7.046	-	7.046
DI Imagem II Unidade De Raios X S/S	-	57	-	-	57	-	-	-
Dividendos a receber	-	-	-	9.409	9.409	-	-	-
Ideal Diagnósticos por Imagem	508	-	-	-	-	2.112	-	2.112
IMRAD	-	-	-	-	-	140	0	140
Lab. de Análises Clínicas São Lucas	44	928	4.059	-	4.987	-	-	-
Laboratório Biolab	52	-	3.567	-	3.567	-	-	-
Mastoclínica Clínica Diagnóstico Imagem	-	-	-	-	-	1.661	-	1.661
Multilab	740	-	15.639	-	15.639	-	-	-
Nuclear Diag. Sociedade Simples	8	14.874	957	-	15.831	-	-	-
Nuclear Medcenter	1.000	1.019	1.265	-	2.284	-	-	-
Núcleo de Imagem Diagnósticos	-	-	-	-	-	900	-	900
Núcleo Diag. Imagem (Cedimagem)	2.385	-	-	-	-	16.004	-	16.004
Pará de Minas Diag. Por imagem	638	-	-	-	-	-	-	-
Gold Imagem Diagnostico Medico	-	-	-	-	-	-	-	-
Pro Imagem	1.595	662	2.728	-	3.390	-	-	-
Pro Imagem Exames Compl.	3.590	492	-	-	492	2.458	-	2.458
RBD	-	-	51	-	51	-	-	-
RM Diagnóstico por Imagem/Resende	1.112	-	-	-	-	5.705	-	5.705
RMTC	1.366	27.383	1.366	-	28.749	-	-	-
Serviços de Radiologia São Judas Tadeu	3.569	-	-	-	-	3.807	-	3.807
Som Diagnósticos	12.187	-	-	-	-	11.273	-	11.273
Sonimed Diagnósticos	-	1.821	407	-	2.228	-	-	-
Sonimed Nuclear	-	-	-	-	-	298	-	298
Três Rios Imagem Diagnóstico	415	1.701	534	-	2.235	-	-	-
Unic Unid. Campograndense Diag.	2.191	-	-	-	-	1.996	-	1.996
Unidade Diag. Imagem de Dourados	190	67	1.635	-	1.702	-	-	-
Veneza Diagnóstico por Imagem	3.908	-	-	-	-	62	-	62
Diagnósticos Conesul	-	-	-	-	-	623	-	623
RMTC IQMR	-	5.870	-	-	5.870	-	-	-
Controladas indiretas								
Araras Medicina Diagnóstica	2.739	-	-	-	-	1.330	-	1.330
Censo Imagem Diagnóstico	1.694	-	-	-	-	5.357	-	5.357
Clínica Delfin Villas	-	-	-	-	-	-	-	-
Delfin Bahia	-	2.998	1.188	-	4.186	-	-	-
Delfin CLIN Natal	1.137	19.152	1.625	-	20.777	-	-	-
Delfin IDI	1.330	144	1.047	-	1.191	-	-	-
Delfin Medicos Associados	-	-	-	-	-	1.478	-	1.478
Delfin SAJ Médicos	1.462	179	658	-	837	-	-	-
Ecoclínica	1.507	7.918	6.250	-	14.168	-	-	-
Imagem Centro Diagnósticos Grupo Gold	-	967	465	-	1.432	-	-	-
Instituto de Diagnósticos Gold Imagem	723	-	1.859	-	1.859	-	-	-
Multiscan	10.999	-	(84)	-	(84)	11.272	-	11.272
Nucleminas Medicina Nuclear	86	1.915	118	-	2.033	-	-	-
Plani Diagnósticos Médicos	20.088	-	-	-	-	128.831	19	128.850
Plani Jacareí Diagnósticos Médicos	1.450	-	-	-	-	4.444	-	4.444
Rio Claro Medicina Diagnóstica	-	-	-	-	-	2.380	-	2.380
Setra Prestação de Serviços Radiológicos	4.383	-	-	-	-	5.600	-	5.600
UMDI	12.999	-	-	-	-	14.648	-	14.648
Fundo Fonte Saude – FIP	-	-	-	-	-	834	-	834
Outras partes relacionadas								
Trans. Antecipações Recebíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Montes Claros Medicina Diagnóstica	-	1.673	-	-	1.673	-	-	-
Lormont Participações S.A	-	5.000	-	-	5.000	-	532.615	532.615
Hemera Serviços Médicos	-	15.684	-	89.402	105.086	-	-	-
Provisão para perda de crédito Hemera	105.086	(15.684)	-	(89.402)	(105.086)	-	-	-
Outros	-	7.200	-	2.126	9.326	-	-	-
Total	310.825	361.627	130.121	11.671	503.419	302.506	532.663	835.169
Circulante					251.880			532.615
Não Circulante					251.539			302.554

(a) Abertura e impactos da descontinuidade do Grupo CO estão destacadas na nota 28.

	2024							
	Resultado Rateio e despesas	Ativo				Passivo		
		Mútuos	Notas de Débito	Outros ativos	Total	Mútuo	Outros passivos	Total
Controladas								
Alliança	-	-	-	-	-	478	-	478
Alliar Participações	-	-	-	-	-	8.028	-	8.028
Alienação de investimentos	-	-	-	136	136	-	-	-
Alto São Francisco Diag. Imagem	(153)	50	265	-	315	6.280	-	6.280
CDB	(82.618)	177.952	202.387	-	380.339	133.074	8	133.082
CDI Vila Velha	(545)	39	2.248	-	2.286	740	-	740
CDI Vitoria	(585)	2.938	3.119	-	6.058	130	-	130
Centro Diagnóstico Cláudio Ramos	(1.257)	161	2.746	-	2.908	21.026	-	21.026
Centro Imagens Diag. (Cedimagem)	(173)	229	308	-	538	3.833	-	3.833
Científica Tecnogama	-	-	-	-	-0	1.383	-	1.383
Clínica Delfin Gonzalez	(783)	-	-	-	-	-	-	-
Clínica Sabedotti	(1.063)	73	2.415	-	2.489	13.676	-	13.676
DI Imagem Centro Diag. Integrado Imagem	(1.299)	7.121	4.665	-	11.786	15	4	19
DI Imagem Diag. Integrado por Imagem	-	372	33	-	405	-	-	-
DI Imagem I Unidade Ultrassonografia	(80)	76	131	-	207	6.572	-	6.572
DI Imagem II Unidade De Raios X S/S	-	-	-	-	-	35	-	35
Dividendos a receber	-	-	-	486	486	-	-	-
Ideal Diagnósticos por Imagem	(74)	30	117	-	147	1.786	-	1.786
IMRAD	-	-	-	-	-	125	-	125
Lab. de Análises Clínicas São Lucas	(759)	20	4.015	-	4.035	-	-	-
Laboratório Biolab	(248)	14	3.514	-	3.528	212	-	212
Mastoclínica Clínica Diagnóstico Imagem	-	-	-	-	-	1.661	-	1.661
Multilab	(4.464)	18	17.005	-	17.023	639	-	639
Nuclear Diag. Sociedade Simples	(19)	12.951	941	-	13.892	-	-	-
Nuclear Medcenter	(121)	1.188	271	-	1.459	-	-	-
Núcleo de Imagem Diagnósticos	-	-	-2	-	-2	900	-	900
Núcleo Diag. Imagem (Cedimagem)	(651)	69	1.234	-	1.303	15.501	-	15.501
Pará de Minas Diag. Por imagem	(220)	96	387	-	483	6.642	-	6.642
Gold Imagem Diagnostico Medico	-	170	-	-	170	-	-	-
Pro Imagem	(527)	191	1.177	-	1.368	-	-	-
Pro Imagem Exames Compl.	(2.419)	685	5.434	-	6.120	5.101	-	5.101
RBD	-	103	51	-	154	103	-	103
RM Diagnóstico por Imagem/Resende	(139)	38	244	-	282	4.220	-	4.220
RMTc	-	22.097	-	-	22.097	170	-	170
Serviços de Radiologia São Judas Tadeu	(1.191)	84	2.894	-	2.977	4.517	-	4.517
Som Diagnósticos	(8.659)	151	19.250	-	19.401	21.680	-	21.680
Sonimed Diagnósticos	(4)	1.538	391	-	1.929	200	-	200
Sonimed Nuclear	-	-	(7)	-	(7)	355	-	355
Três Rios Imagem Diagnóstico	(60)	1.644	120	-	1.763	-	-	-
Unic Unid. Campo-grandense Diag.	(441)	112	1.305	-	1.417	2.961	-	2.961
Unidade Diag. Imagem de Dourados	(241)	176	1.446	-	1.622	-	-	-
Veneza Diagnóstico por Imagem	(1.108)	134	2.350	-	2.484	3.684	-	3.684
Diagnósticos Conesul	-	-	-	-	-	480	-	480
RMTc IQMR	-	1.089	-	-	1.089	-	-	-
Controladas indiretas								
Araras Medicina Diagnóstica	(374)	41	655	-	696	1.911	-	1.911
Censo Imagem Diagnóstico	(142)	30	155	-	185	4.714	-	4.714
Clínica Delfin Villas	(316)	-	-	-	-	-	-	-
Delfin Bahia	-	3.611	1.330	-	4.941	1.092	-	1.092
Delfin CLIN Natal	(464)	19.357	2.482	-	21.840	363	-	363
Delfin IDI	(385)	2.044	2.331	-	4.376	-	-	-
Delfin Medicos Associados	-	15	0	-	15	1.485	-	1.485
Delfin SAJ Médicos	(389)	1.081	916	-	1.997	-	-	-
Ecoclínica	(1.100)	6.162	4.742	-	10.905	-	-	-
Imagem Centro Diagnósticos Grupo Gold	(18)	665	443	-	1.107	-	-	-
Instituto de Diagnósticos Gold Imagem	(359)	1	1.414	-	1.414	89	-	89
Multiscan	(2.641)	354	5.276	-	5.630	13.986	-	13.986
Nucleminas Medicina Nuclear	-	1.157	32	-	1.189	-	-	-
Plani Diagnósticos Médicos	(6.389)	73.618	13.891	-	87.510	95.109	19	95.128
Plani Jacarei Diagnósticos Médicos	(353)	8	784	-	791	4.412	-	4.412
Rio Claro Medicina Diagnóstica	-	0	19	-	20	2.288	-	2.288
Setra Prestação de Serviços Radiológicos	(1.312)	53	2.557	-	2.610	8.624	-	8.624
UMDI	(5.477)	449	12.716	-	13.165	22.768	-	22.767
Outras partes relacionadas								
Trans. Antecipações Recebíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
Montes Claros Medicina Diagnóstica	-	1.683	1	-	1.684	-	-	-
Lormont Participações S.A	-	-	-	-	-	-	310.299	310.299
Hemera Serviços Médicos	28.002	74.057	-	12.550	86.607	-	-	-
Outros	-	-	-	12.977	12.975	-	15.889	15.889
Total	(101.616)	415.994	330.198	26.149	772.342	423.048	326.219	749.267
Circulante					251.880			-
Não Circulante					520.462			749.267

Consolidado

	2025					
	Resultado	Ativo não circulante	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	Despesas operacionais	Partes relacionadas	Fornecedor	Partes relacionadas	Partes relacionadas	Arrendamento
Montes Claros Medicina Diagnóstica	-	1.673	-	-	-	-
Outros valores a receber/ pagar de acionistas	-	17.060	-	-	1.085	-
Philips	5.835	-	-	-	-	-
Lormont Participações S.A	-	-	-	532.615	-	-
Hemera Serviços Médicos	16.280	106.202	-	-	-	-
Provisão para perda de crédito Hemera	106.202	(106.202)	-	-	-	-
Total	128.317	18.733	-	532.615	1.085	-

	2024					
	Resultado	Ativo não circulante	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	Despesas operacionais	Partes relacionadas	Fornecedor	Arrendamento	Partes relacionadas	Arrendamento
Montes Claros Medicina Diagnóstica	-	1.684 (a)	-	-	-	-
Outros valores a receber/ pagar de acionistas	-	15.946	-	-	-	-
Philips	(3.607)	-	931	-	-	-
Lormont Participações S.A	-	-	-	-	310.299 (d)	-
Hemera Serviços Médicos	28.002	86.607	-	-	-	-
Total	24.395	104.237	931	-	310.299	-

No curso dos negócios da Companhia, os acionistas controladores e as controladas realizam operações financeiras entre si. Essas operações referem-se basicamente a operações de mútuo entre empresas sobre as quais não incidem encargos financeiros, contratos de aluguéis e outras transações comerciais.

Os principais saldos de ativos e passivos e os valores registrados no resultado do período das transações relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais.

(i) Provisionamento de créditos com partes relacionadas, cujo impacto das análises de recuperabilidade atual indicaram a necessidade de provisionamento de perda sobre créditos esperados, no montante de R\$106 milhões. Esses créditos faziam parte de um contrato de gestão em parceria com a Hemera, cuja continuidade da sinergia operacional e das transações de combinações de negócios, anteriormente vigentes, se tornou inaplicável e descontinuada após a mudança de controle da Companhia. Este crédito está em discussão para acordo prospectivo de liquidação, no entanto, devido às incertezas envolvidas e ausência firme de expectativa de recebimento até o momento, a Administração optou pelo provisionamento do crédito para a data base de 31 de dezembro de 2025

(ii) Em 30 de julho de 2025, a Companhia recebeu comunicação formal de sua acionista controladora, Lormont Participações S.A., declarando deter créditos líquidos e certos perante a Companhia no montante total de R\$ 532,6 milhões, o qual a Lormont indicou que seria utilizado para aumento de capital. Em 10 de março de 2026, a Companhia divulgou Fato Relevante informando o cancelamento do aumento de capital privado que havia sido deliberado pelo Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2025. O cancelamento decorreu do não atingimento do montante mínimo de subscrição de ações previsto para a homologação da operação.

Adicionalmente, houve mudança de titularidade conforme movimentações abaixo:

Excussão de garantias fiduciárias — em 7 de fevereiro de 2026, a Companhia recebeu comunicações do Opus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Responsabilidade Limitada (“Opus”) e do Prisma Infratelco VD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“Prisma”) informando a excussão das garantias fiduciárias constituídas em seu favor. Em decorrência desse evento, além da aquisição de participações acionárias correspondentes a aproximadamente 49,11% e 10,72% do capital social da Companhia, respectivamente, os referidos investidores passaram a ser titulares de parcela dos créditos objeto da confissão de dívida anteriormente detidos pelos antigos controladores; e

Alienação das participações acionárias — em 3 de março de 2026, a Companhia foi comunicada de que Opus e Prisma alienaram integralmente suas participações acionárias na Companhia, permanecendo, contudo, como titulares dos créditos decorrentes da confissão de dívida.

Em decorrência da excussão das garantias e das cessões de crédito correspondentes, a composição dos credores da dívida passou a ser a seguinte:

Credor	R\$
Opus	437,2
Prisma	95,4
Total	532,6

O saldo objeto da dívida acima passou a ser apresentado no passivo circulante, por se tratar de dívida exigível no curto prazo. A apresentação na rubrica de Partes Relacionadas foi mantida, por refletir a condição dos titulares dos créditos em 31 de dezembro de 2025, data-base destas demonstrações. A reclassificação tem natureza exclusivamente de apresentação, sem efeito sobre o resultado, o patrimônio líquido ou os fluxos de caixa, permanecendo o passivo reconhecido pelo mesmo valor e critérios de mensuração.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os diretores da Controladora. Cabe mencionar que os membros do Conselho da Administração e dos comitês não recebem nenhuma remuneração para exercer tais funções.

	2025	2024
Pró-labore	6.132	10.725
Benefícios indiretos ⁽¹⁾	1.774	880
	7.906	11.605

⁽¹⁾ Estes benefícios referem-se ao plano de saúde e auxílio alimentação.

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada de acordo com metas estabelecidas, aprovadas pelo Conselho de Administração.

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Mensurados ao custo amortizado:				
Contas a receber de clientes	50.370	91.537	197.093	447.136
Ativo financeiro de concessão	-	-	44.315	62.398
Depósitos judiciais	8.504	8.160	30.477	28.902
Partes relacionadas	503.419	772.342	18.818	104.237
	562.293	872.039	290.703	642.673
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	100.061	81.366	116.744	114.972
	100.061	81.366	116.744	114.972
Total dos ativos financeiros	662.354	953.405	407.447	757.645
Passivos financeiros				
Mensurados ao custo amortizado				
Fornecedores	63.066	400	236.977	78.316
Empréstimos e financiamentos e debêntures	403.110	721.713	468.688	721.713
Parcelamento de impostos	2.328	34.281	10.026	87.252
Partes relacionadas	835.169	749.267	533.700	310.299
Contas a pagar - aquisição de empresas	19.420	15.476	19.420	15.476
Dividendos a pagar	72	72	104	104
Arrendamento mercantil	15.912	16.160	228.478	229.349
	1.339.077	1.537.369	1.497.393	1.442.509
Total dos passivos financeiros	1.339.077	1.537.369	1.497.393	1.442.509

Estimativa do valor justo

O Grupo adota a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros passivos da Companhia e suas controladas apresentadas nas demonstrações financeiras,

conforme Nível 2. Os demais instrumentos financeiros não apresentaram diferenças significativas entre o valor contábil e o valor justo.

Controladora	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo

Passivos financeiros

Empréstimos, financiamentos e debêntures	403.110		721.713	
--	---------	--	---------	--

Consolidado	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo

Passivos financeiros

Empréstimos, financiamentos e debêntures	468.688	-	721.713	-
--	---------	---	---------	---

Gerenciamento de riscos

Objetivos da administração perante os riscos financeiros

A Administração coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros e monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações do Grupo por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

O Grupo busca minimizar os efeitos desses riscos ao utilizar instrumentos financeiros derivativos para exposições do risco de hedge. O Grupo não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

a) Risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos financeiros detalhados na nota explicativa nº 12, deduzidos pelo caixa e saldos bancários) e pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras, conforme apresentado na nota explicativa nº 16).

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

O Grupo revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

Índice de endividamento

O índice de endividamento no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures	403.110	721.713	468.688	721.713
Parcelamento de impostos	2.328	34.281	10.026	87.252
Contas a pagar – aquisição de empresas	19.420	15.476	19.420	15.476
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários	(100.061)	(81.366)	(116.744)	(114.972)
Dívida líquida	324.797	690.104	381.390	709.469
Patrimônio líquido	(277.542)	1.094.793	(277.542)	1.094.793
Índice de alavancagem financeira	(117,03%)	63,04%	(137,42%)	64,80%

b) Risco de mercado

O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que O Grupo esteja exposto somente a níveis de risco considerados aceitáveis no contexto de suas operações.

Os instrumentos financeiros do Grupo que são afetados pelo risco de mercado incluem: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) aplicações financeiras; (iii) contas a receber de clientes; (iv) empréstimos, financiamentos e debêntures e (v) instrumentos financeiros derivativos.

Risco de taxa de juros

É o risco de que o valor justo ou o fluxo de caixa futuro de determinado instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. Esse risco é administrado através da manutenção de um mix apropriado de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas. Para complementar sua necessidade de caixa, o Grupo obtém empréstimos e financiamentos, assim como emite títulos de dívida (debêntures e notas promissórias), que são substancialmente indexados à variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem aumentos relevantes no CDI, isso porque o aumento das taxas de juros poderá impactar tanto no custo de captação de empréstimos pelo Grupo, como também no custo do endividamento, acarretando o aumento das suas despesas financeiras.

Análise de sensibilidade da taxa de juros

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como CDI, TJLP e Libor entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com cenário mais provável (cenário base), segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a Administração utilizou como premissa de estimativas para o cenário provável, os indicadores macroeconômicos vigentes na data mais próxima da divulgação destas demonstrações financeiras, sendo a data utilizada 31 de dezembro de 2025, para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, o Grupo estima no cenário provável as taxas de CDI em 14,32%, “Cenário possível” contempla um aumento de 25% nas taxas em questão e o “Cenário remoto” um aumento de 50%.

			Cenário	Cenário
--	--	--	---------	---------

Controladora	Valor Contábil	Cenário Base	Possível 25%	Remoto 50%
Empréstimos por indexador				
CDI - 5,82% a + 15,39%	403.110	403.110	417.546	431.981
Aquisição de Empresas por indexador				
CDI	19.420	19.420	20.115	20.811
Total	422.530	422.530	437.661	452.792
Aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários				
Indexador:				
100% CDI	96.469	96.469	99.924	103.378
Exposição líquida	326.061	326.061	337.737	349.414
Aumento nas despesas financeiras em relação ao cenário base	-	-	11.676	23.353
Consolidado	Valor Contábil	Cenário Base	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%
Empréstimos por indexador				
CDI - 5,82% a + 15,39%	468.688	468.688	485.472	502.256
Aquisição de Empresas por indexador				
CDI	19.420	19.420	20.115	20.811
Total	488.108	488.108	505.587	523.067
Aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários				
100% CDI	96.469	96.469	99.924	103.378
Exposição líquida	391.639	391.639	405.663	419.689
Aumento (redução) nas despesas financeiras em relação ao cenário base	-	-	14.024	28.050

Risco da taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2025 a exposição da companhia ao risco cambial em passivos monetários era pouco expressiva e, em 31 de dezembro de 2024, a companhia não possui posição de passivos monetários em moeda estrangeira.

c) Risco de crédito

É avaliado em bases históricas pela Administração, estando sujeito a oscilações de mercado e da economia nacional e local. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. Vide nota explicativa nº 5.

d) Risco de liquidez

A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros do Grupo e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas

curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações.

Controladora	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Passivo				
Fornecedores	63.066	-	-	63.066
Empréstimos e financiamentos	403.110	-	-	403.110
Arrendamento mercantil	9.690	6.222	-	15.912
Parcelamento de impostos	466	1.862	-	2.328
Contas a pagar - aquisição de empresas	19.420	-	-	19.420
Partes relacionadas	532.615	302.554	-	835.169
Dividendos a pagar	72	-	-	72

Consolidado	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Passivo				
Fornecedores	236.977	-	-	236.977
Empréstimos e financiamentos	463.708	-	4.980	468.688
Arrendamento mercantil	38.626	189.852	-	228.478
Parcelamento de impostos	2.015	8.011	-	10.026
Contas a pagar - aquisição de empresas	19.420	-	-	19.420
Partes relacionadas	532.615	1.085	-	533.700
Dividendos a pagar	104	-	-	104

25. Transações que não afetam caixa

O Grupo realizou transações que não geraram efeitos de caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Movimentação de garantia de reembolso de contingências	(3.007)	(631)	(6.978)	(1.016)
Remensuração de contratos de arrendamento – IFRS 16	526	444	12.242	13.385
Adição e baixa de contratos de arrendamento – IFRS 16	-	216	14.384	216

26. Cobertura de Seguros

A Companhia contrata cobertura de seguros de forma global para eventuais riscos sobre seus ativos, lucros cessantes e/ou responsabilidades, em valores suficientes para cobrir possíveis sinistros (não auditado), considerando a natureza de suas atividades e de acordo com a avaliação da Administração e de seus consultores especializados.

O prêmio total das apólices de seguros, consolidado, vigente em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 3.476 (R\$ 2.940 em 31 de dezembro de 2024).

A seguir, o limite máximo da importância segurada das principais coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Riscos Operacionais	239.986	59.172
Responsabilidade Civil	112.000	181.940
Total seguros	351.986	241.112

27. Avais, fianças e garantias

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas mantinham avais, fianças e outras garantias concedidas, conforme demonstrado a seguir. Tais obrigações tiveram origem na aquisição da empresa Cura, realizada durante o exercício de 2025, ocasião em que a Companhia assumiu as responsabilidades e garantias anteriormente existentes dessa sociedade.

1. Operações de financiamento – CCB Unicred

A Companhia mantém aval concedido à CCB Unicred em operação de financiamento originalmente contratada pela empresa Cura, no montante de R\$ 20 mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 0 mil em 31 de dezembro de 2024).

O aval foi assumido em decorrência da combinação de negócios e visa garantir obrigações financeiras remanescentes de empréstimos bancários contratados pela adquirida.

2. Contratos de locação – Fianças assumidas

A Companhia figura como fiadora em contratos de locação firmados anteriormente pela empresa Cura, com o objetivo de garantir o cumprimento das obrigações locatícias dos locatários perante os locadores.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia é fiadora nos seguintes contratos:

Imóvel/Locador	Locatário	Valor do Aluguel (R\$)	Prazo	Valor garantido (R\$)
CURA Jardins - Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 4407 a 4497 / São Paulo - SP	JVS PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA	321.984,40	34 meses	3.840.000
	VLS PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.			

3. Garantias

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata vinculadas aos contratos de financiamentos (vide nota 4) e recebíveis de cartão de crédito cedidos fiduciariamente em garantia da dívida contratada junto ao Banco Sofisa S.A..

28. Operação descontinuada

a) Contexto e enquadramento

A Administração aprovou plano formal de alienação da unidade GCO (marcas Di Imagem e UNIC, Campo Grande/MS), com disponibilidade imediata e venda provável. Em 24 de outubro de 2025 houve o recebimento de R\$3 mil, como pagamento inicial, mas cujo compromisso possuía condições precedentes para conclusão. Por constituir linha de negócio e área geográfica distinta, a GCO atende à definição de operação descontinuada do item 32(a), com efeitos segregados nas demonstrações nos termos dos itens 33 e 34. A alienação foi concluída em 19 de janeiro de 2026 no montante de R\$21,3 mil.

b) Mensuração

Em 31/12/2025, os ativos e passivos da GCO foram mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo menos despesas de venda. Foi identificada, no montante de R\$ XX perda por redução ao valor recuperável, registrada em "Resultado líquido das operações descontinuadas".

c) Balanço patrimonial

Ativos e passivos da GCO apresentados separadamente

Ativos de operação descontinuada

	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	1.545
Contas a receber de clientes	8.999
Estoques	390
Outros ativos circulantes	(2.957)
Imobilizado	24.748
Intangível	14.682
Outros ativos não circulantes	24.292
Total de ativos de operação descontinuada	71.699

Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda

Fornecedores	4.575
Empréstimos, Financiamentos e arrendamentos	2.429
Obrigações trabalhistas e tributárias	13.970
Outros passivos	31.302
Total de passivos associados a ativos mantidos para venda	19.423
Ativo líquido do grupo mantido para venda	3.000

	Baixa	BP 31/12/2025
Ágio	(12.982)	-
Imobilizado	(7.327)	11.332
Intangível	(89)	138
Outros ativos não circulantes	(5.943)	9.192
Total da perda alocada	(26.341)	-

d) Demonstração do resultado

Resultado da GCO apresentado em linha única, líquida de tributos, com comparativos e abertura detalhada no Quadro 2.

	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentada
Lucro Bruto	5.517	11.566
Despesa com vendas, gerais e administrativas	(9.356)	(12.527)
Outras receitas (despesas)	(1.870)	(62)
Resultado financeiro líquido	(5.596)	(1.182)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(11.305)	(2.081)
Tributos sobre o lucro	(799)	(464)
Resultado líquido das operações do período	(12.104)	(2.545)
	-	-
Resultado líquido das operações descontinuadas	(12.104)	(2.545)

e) Demonstração dos fluxos de caixa

Os fluxos de caixa líquidos atribuíveis às atividades operacionais, de investimento e de financiamento da GCO estão evidenciados no Quadro 3.

	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentada
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	6.785	7.880
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	(6.389)	(7.190)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(1.508)	(3.466)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas	(1.112)	(2.777)

29. Eventos subsequentes

Listamos a seguir os eventos subsequentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

(a) Cancelamento do aumento de capital privado

Em 10 de março de 2026, a Companhia divulgou Fato Relevante informando o cancelamento do aumento de capital privado que havia sido deliberado pelo Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2025. O cancelamento decorreu do não atingimento do montante mínimo de subscrição de ações previsto para a homologação da operação.

(b) Pedido de tutela cautelar e proteção judicial de créditos

Em 19 de março de 2026, a Companhia ingressou com uma Ação Cautelar Pré-Mediativa (Processo nº 4043281-21.2026.8.26.0100). Em 20 de março de 2026, foi deferida liminar concedendo o prazo de 60 dias para a suspensão de execuções contra a Companhia. A medida visa obstar a interrupção de serviços, a rescisão de contratos essenciais e mitigar declarações de vencimento antecipado por credores enquanto a Alliança busca uma solução consensual de perfilamento de suas dívidas. As negociações referentes às obrigações financeiras aceleradas e vencidas listadas a seguir foram direcionadas e passam a ser conduzidas sob o escopo estruturado do processo de reestruturação da Companhia.

(c) Notificações de inadimplemento e declarações de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos

Subseqüencialmente, ao encerramento do exercício, a Companhia recebeu comunicações formais de credores declarando o vencimento antecipado de obrigações financeiras, conforme detalhado abaixo:

- Banco Votorantim S.A.: parcelas vencidas em novembro e dezembro de 2025, referentes à Cédula de Crédito Bancário. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 4,3 milhões. Em 20 de maio de 2026, a Companhia e o Banco Votorantim celebraram Instrumento Particular de Repactuação de Dívida, consolidando o saldo total devido, com prazo de 5 anos e carência de 6 meses para início da amortização;
- Banco do Brasil S.A.: parcela vencida em dezembro de 2025. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 15,3 milhões;
- Caixa Econômica Federal: parcelas vencidas a partir de novembro de 2025. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 8,3 milhões;
- Em 10 de fevereiro de 2026, o Itaú BBA comunicou à Companhia a declaração de vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário, com fundamento na cláusula de inadimplemento, em razão do não pagamento das parcelas vencidas em 16 de dezembro de 2025 e 16 de janeiro de 2026. O saldo devedor atualizado na data da declaração era de R\$ 6,3 milhões;
- Em 12 de junho de 2026, a Companhia e o Banco Itaú celebraram Instrumento Particular de Confissão de Dívidas e outras avenças, alongando o pagamento do saldo remanescente da dívida para até 18 meses;
- Em 05 de março de 2026, a Siemens Servicios Comerciales comunicou à Companhia a declaração de vencimento antecipado do empréstimo a ela concedido, com fundamento em cláusula de alteração de controle, em razão de mudança no controle acionário da Companhia ocorrida entre fevereiro e março de 2026. O saldo devedor atualizado na data da declaração era de US\$ 10,1 milhões sendo que, após execução das garantias da dívida, em 16 de junho de 2026 foi emitido o termo de quitação integral da dívida não restando saldo em aberto;
- Em 9 de abril de 2026, foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão de Debêntures da Companhia, na qual os debenturistas deliberaram, por mais de 2/3 dos títulos em circulação, pelo reconhecimento do vencimento antecipado das debêntures, em razão da ocorrência dos seguintes eventos: (i) inadimplemento de dívidas financeiras superiores a R\$ 20 mil; (ii) protesto de títulos em valor superior a R\$ 20 mil; (iii) descumprimento de obrigação de comunicação ao Agente Fiduciário; e (iv) rebaixamento do rating corporativo para abaixo do patamar mínimo exigido de "A- (bra)", com a classificação pela Fitch Ratings de 'CCC+(bra)', divulgada em Fato Relevante de 13 de março de 2026. O saldo devedor atualizado das debêntures em 9 de abril de 2026 era de R\$ 306,2 milhões.
- As negociações referentes a esta obrigação estão sendo conduzidas no âmbito do processo de reestruturação dos passivos da Companhia;
- A controlada Cura ficou inadimplente com parcelas mensais referente a empréstimo concedido pelo banco Unicred, no período entre janeiro e maio de 2026;
- Em 10 de junho de 2026, Cura e Unicred celebraram acordo de confissão e renegociação da dívida, em que a controlada pagou uma entrada equivalente a 1 parcela atrasada, e diluiu o pagamento das demais parcelas atrasadas ao longo da duração do empréstimo, com parcelas mensais até 15/07/2038, com carência para pagamento da primeira parcela em 15/08/2026.

Durante o 1º semestre de 2026, houve o resgate das aplicações financeiras restritas, cujos recursos foram utilizados para a liquidação das dívidas às quais estavam vinculadas

(d) Alterações relevantes de rating corporativo (Fitch Ratings)

A agência de classificação de risco Fitch Ratings promoveu revisões sucessivas na nota de crédito da Companhia em 2026. Em 13 de março de 2026, conforme divulgado em Fato Relevante, o rating corporativo foi rebaixado para 'CCC+(bra)'. Subsequentemente, em 20 de março de 2026, o Rating Nacional de Longo Prazo foi reduzido para 'C(bra)' e, em 30 de abril de 2026, a agência alterou a classificação para 'RD(bra)' (Inadimplência Restrita). O rebaixamento reflete o não pagamento do principal e juros de obrigações financeiras no vencimento contratual e o perfil de liquidez pressionado frente aos passivos de curto prazo.

(e) Mudanças estruturais e na governança corporativa

- (f)** No âmbito da governança corporativa, o Sr. Ricardo de Magalhães Sartim apresentou, em 24 de abril de 2026, sua renúncia formal aos cargos de Diretor-Presidente (CEO) e Diretor Financeiro (CFO) interino da Companhia. Conforme Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 10 de junho de 2026, aprovou a eleição dos atuais conselheiros, tendo o Conselho de Administração a seguinte composição: (i) Sr. José Luiz Mendes Ramos Júnior – Presidente do Conselho; (ii) Sr. Thalís Leon de Avila Saint Yves – Vice-Presidente e Conselheiro Independente; (iii) e o João de Saint Brisson Paes de Carvalho – Conselheiro Independente. **Fortalecimento de caixa e captação via Controlada**

Em maio de 2026, a controlada CURA – Centro de Ultrassonografia e Radiologia S.A. concluiu a captação de recursos no montante total de R\$ 126 milhões por meio de uma nova emissão de debêntures, visando o reforço do capital de giro e suporte às operações do Grupo.

(g) Manutenção de passivos

Excussão de garantias fiduciárias — em 7 de fevereiro de 2026, a Companhia recebeu comunicações do Opus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Responsabilidade Limitada (“Opus”) e do Prisma Infratelco VD Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“Prisma”) informando a excussão das garantias fiduciárias constituídas em seu favor. Em decorrência desse evento, além da aquisição de participações acionárias correspondentes a aproximadamente 49,11% e 10,72% do capital social da Companhia, respectivamente, os referidos investidores passaram a ser titulares de parcela dos créditos objeto da confissão de dívida anteriormente detidos pelos antigos controladores; e

Alienação das participações acionárias — em 3 de março de 2026, a Companhia foi comunicada de que Opus e Prisma alienaram integralmente suas participações acionárias na Companhia, permanecendo, contudo, como titulares dos créditos decorrentes da confissão de dívida.

Composição dos credores

Em decorrência da excussão das garantias e das cessões de crédito correspondentes, a composição dos credores da dívida passou a ser a seguinte:

Credor	R\$
Opus	437,2
Prisma	95,4
Total	532,6

Reclassificação contábil

O saldo objeto da dívida acima passou a ser apresentado no passivo circulante, por se tratar de dívida exigível no curto prazo. A apresentação na rubrica de Partes Relacionadas foi mantida, por refletir a condição dos titulares dos créditos em 31 de dezembro de 2025, data-base destas demonstrações. A reclassificação tem natureza exclusivamente de apresentação, sem efeito sobre o resultado, o patrimônio líquido ou os fluxos de caixa, permanecendo o passivo reconhecido pelo mesmo valor e critérios de mensuração.

(h) Estratégia de recuperação de ativos (Hemera)

No tocante aos créditos detidos contra a Hemera Serviços Médicos, a Companhia, respaldada por avaliações jurídicas e operacionais conduzidas no primeiro semestre de 2026, adotou as medidas contratuais e judiciais cabíveis para a salvaguarda e recebimento de seus direitos. Os elementos de tempo e risco decorrentes dessas avaliações foram devidamente ponderados pela Administração na análise de recuperabilidade desses ativos para o encerramento do exercício de 2025.

(i) Excussão de garantias fiduciárias e mudança de controle

Em 6 e 7 de fevereiro de 2026, no contexto de excussão de alienação fiduciária sobre ações da Lormont e do Fonte de Saúde FIP (dadas em garantia dos créditos de AFAC – Nota 1.5), o Opus FIP e o Infratelco FIDC passaram a deter 49,11% e 10,72% do capital social, respectivamente. Em decorrência, a participação conjunta da Lormont e do Fonte de Saúde FIP caiu para 6,96%, deixando ambos de ser controladores. Em 3 de março de 2026, o Opus FIP e o Infratelco FIDC alienaram integralmente essas ações à Tessai FIP, que adquiriu 59,84% do capital social e assumiu o controle da Companhia.

(j) Distrato da aquisição do Grupo Meddi

Em 9 de abril de 2026, a Companhia e o Grupo Meddi encerraram, de forma amigável e sem ônus, as negociações para aquisição iniciadas em julho de 2025 (Nota 1.4), mediante instrumento particular de distrato e quitação.